

Conferência Nacional do PCP

Sábado, no Porto para preparar as eleições

Pág. 12

com o PCP / com a APU

ABRIL VENCERÁ!



Por iniciativa do PCP

POLÍTICA SOCIAL EM DEBATE NA AR



Pág. 4

Reunião do CC

Num encontro com os jornalistas, antontem ao fim da tarde, no CT da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, Cunhal, durante um curto intervalo da reunião do CC convocada com vista à Conferência Nacional do Partido, que terá lugar no próximo sábado, no Porto, sublinhou as 3 direcções fundamentais da luta no momento actual (ver «Em Foco», pág. 12), situou, em síntese, o alcance da Conferência, durante a qual será anunciado o número total actual dos membros do PCP, e respondeu a várias perguntas dos jornalistas sobre a posição do Partido perante algumas questões da actualidade política.

A Conferência debaterá os documentos antontem aprovados pelo Comité Central.

Standard/ITT - firmeza e solidariedade na luta contra despedimentos

● Despedidos ocupam os postos de trabalho

Pág. 5



Tudo a postos para os Jogos Olímpicos!

A pouco mais de um mês do início dos Jogos Olímpicos, como estão as coisas em Moscovo e nas outras cidades olímpicas? Que pensam os membros do Comité Organizador? Como decorrem os trabalhos preparatórios?

A estas e outras questões responderemos hoje e em próximas edições, através de uma série de reportagens do nosso enviado especial José Paulo Oliveira.

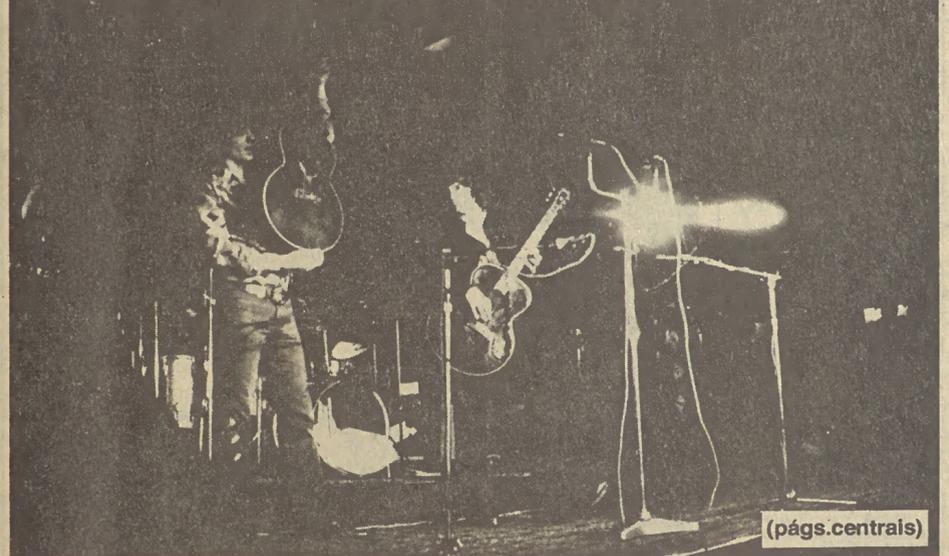
E desde já podemos adiantar uma conclusão, verificada nos factos e recolhida no local, após uma visita às diversas instalações olímpicas: tudo está a postos para os Jogos! Pág. 10

FALTAM 29 DIAS PARA A FESTA DO «AVANTE!»



Pág. 8

Os artistas da Festa do «Avante!»



(págs.centrais)

Encontro com Álvaro Cunhal na Faculdade de Letras

No entender do nosso Partido o confronto existente na sociedade portuguesa assenta fundamentalmente entre aqueles que querem defender a democracia e aqueles que querem destruí-la (...) Na verdade é a democracia portuguesa que está em jogo e, a nosso ver, é neste sentido que se pode falar em bipolarização, mas essa bipolarização não representa uma radicalização de extremos, representa uma nitidez dos polos políticos em torno dos quais se trava o combate.

Estas afirmações foram proferidas pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no início da intervenção política com que abriu um debate com intelectuais democratas na Faculdade de Letras de Lisboa, na noite do passado dia 4 por iniciativa da direcção do sector intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Usando aqui e ali uma deliberação irónica, o secretário-geral do PCP foi escutado, interpellado e aplaudido durante mais de duas horas e meia pela numerosa assistência que encheu por completo o anfiteatro II da Faculdade. A sessão decorreu em três fases - a primeira com uma intervenção política e as duas restantes enfocando blocos de perguntas e respostas.

Na intervenção inicial e após ter definido que a tão propalada "bipolarização" tem, na boca das forças reaccionárias, objectivos anticomunistas (dum lado o PCP e do outro as forças que se lhe "opõem" - em manobra evidente para "isolar" o Partido), o camarada Álvaro Cunhal sublinhou que a grande divisão existente situa-se entre os que pretendem defender a democracia (PCP, PS e outras forças democráticas) e os que a querem destruir.

Falando dos objectivos deste Governo, o secretário-geral do PCP consideraria que eles assentariam, por um lado, no desejo de liquidar rapidamente as conquistas da Revolução (no mais curto espaço de tempo e através da acção do Governo e da legislação que pudessem fazer através da Assembleia da República) e por outro lado, numa outra fase da mesma operação, preparar as condições para que as eleições

legislativas pudessem ter um "resultado seguro" para as forças reaccionárias, qualquer que fosse o resultado da votação. Este Governo não só não cumpre a Constituição, não cumpre as leis, não cumpre quaisquer princípios democráticos nem tem respeito por quaisquer princípios éticos (nem pretende sequer justificar a sua acção com quaisquer princípios éticos), como prossegue a sua política com arbitrio, com arrogância, desrespeitando quaisquer normas para conseguir os seus objectivos. Todavia, apesar da ofensiva levada a cabo pelo Governo e da força real que detém para levar por diante essa ofensiva, este não tem conseguido o sucesso que pensava ter à partida.

Situação original

Assiste-se assim a uma situação original: "É do Governo, da Assembleia da República, dos Governos Regionais e de grande parte do Poder Local que parte uma acção subversiva e é da classe operária, das massas trabalhadoras, das forças da oposição, das forças revolucionárias, que parte a defesa da legalidade da ordem democrática. É uma situação original que dá muita força àqueles que querem defender a democracia portuguesa".

Abordando em seguida alguns dos "equivocos" em que laborou a reacção quando pretendeu, a partir do poder, liquidar depressa e em força o Portugal de Abril, Álvaro Cunhal mencionou alguns dos "entrançados" inesperados a tais objectivos, nomeadamente a resistência das massas e o normal funcionamento das

instituições. Daí alguns espectaculares fiascos das golpachas avançadas por este Governo, nomeadamente o da nova Lei do recenseamento eleitoral dos emigrantes que, se tivesse sido aprovada, permitiria "com um pouco de exagero, aos norte-americanos ganhar as eleições em Portugal".

"A reacção não está a cumprir os seus próprios prazos", concluiu Álvaro Cunhal, e os partidos da direita vão ser derrotados nas próximas eleições, o que os pode levar à adopção de métodos particularmente perigosos. Mas a reacção que pense três vezes, advertiu. Por outro lado é necessário defender o terreno palmo a palmo, usando das prerrogativas constitucionais, bem como assegurar o funcionamento normal das instituições.

Focando ainda as próximas eleições, o secretário-geral do PCP recordaria que as legislativas iriam ter importância decisiva sobre as presidenciais (para as quais não há ainda nenhum candidato certo), acentuando-se a importância do reforço do PCP no próximo acto eleitoral, sendo bem certo que o nosso Povo tem mais força que a reacção e todos os seus "apólos" imperialistas.

As perguntas

As perguntas, que surgiram numerosas e diversificadas, levantaram questões relacionadas com as eleições, a Comunicação Social, o SNS, o aumento da influência do PCP no quadro da intensificação da ofensiva reaccionária, a questão cultural, a manipulação da informação no nosso País, o afastamento de Luís Carlos Prestes, a ida de uma delegação do PCI à China na sequência da ausência deste Partido no recente Encontro dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, o custo de vida, a possibilidade de haver uma saída "reformista" para Portugal, o tipo de problemas advindos numa integração na CEE e ainda as recentes afirmações de Otelo. Respondendo separadamente

às questões nacionais e internacionais, Álvaro Cunhal recordaria, em relação às últimas, que o PCP não comenta o que se passa na vida interna dos Partidos irmãos (respondendo assim à questão levantada sobre Carlos Prestes e à situação do PC do Brasil) e que os dirigentes chineses já há muito que demonstraram que a sua política externa (e os seus convites e "aproximações") têm sempre e prioritariamente a ver com o anti-sovietismo e com as personalidades ou forças que lhes podem parecer (ainda que erradamente) favoráveis a esse anti-sovietismo.

Em relação às respostas às questões nacionais, de realçar a denúncia abundantemente documentada do autêntico "estado de sítio" em que se encontra a Comunicação Social estatizada do nosso País, na sequência do assalto do Governo aos órgãos da CS e ainda a desmontagem contudente das afirmações de Otelo nos últimos tempos, nomeadamente a propósito da sua "paternidade" em relação à Reforma Agrária e umas pretensas "conversas" que ele, Otelo, teria tido com o próprio Álvaro Cunhal no Verão de 1975. Em relação à tal "paternidade" otelista sobre a RA, bastaria recordar que a ocupação de terras começou muito antes da pretensa "ordem" do então comandante do COPCON e que quanto a "ordens", as únicas que este deu na altura (e em ordem de serviço, duma das quais Álvaro Cunhal fez excoctos) às unidades sob o seu comando foram no sentido de impedir as ocupações e, se necessário, prender os trabalhadores que o tentassem.

Finalmente, a propósito das "conversas" com Álvaro Cunhal em 1975, o secretário-geral do PCP desmentiu-as, considerando duas coisas: primeiro, sendo mentiras, apenas se pode chamar mentiroso ao seu autor, segundo, se se admitisse que fossem verdade, então teria de se chamar outra coisa, muito mais grave, a quem delas assim falava, no momento presente, quando as ameaças reaccionárias são tão evidentes e perigosas.

Camões e o IV Centenário — exposição documental na SNBA

Integrada nas comemorações do IV Centenário de Camões, realiza-se, de 15 a 22 do corrente, no salão grande da Sociedade Nacional das Belas Artes, uma exposição documental, cujo objectivo é, segundo afirmam os seus promotores, contribuir para uma ampla divulgação do Poeta, enquadrado no seu tempo histórico, procurando desenvolver um diálogo com a nossa época, na perspectiva de uma visão de mudança do mundo, implícita na sua vida e na sua obra.

A exposição vai abranger 216 painéis numa extensão de 130 metros, com 10 vitrinas para apresentação de livros, medalhas e outros objectos de valor e 3 expositores especiais para materiais raros. Os temas da exposição serão desenvolvidos à volta de três núcleos, através de um novo arranjo especial do Salão, tendo como suporte textos do Poeta.

"Altíssimos mares, húmidos caminhos" é o lema do primeiro núcleo que fornece elementos explicativos da vida e da sociedade do século XVI através de dados sobre os ofícios, os tipos de comércio, artesanato e indústrias da sociedade de então, ao mesmo tempo que relaciona a cidade da época com a cidade de hoje.

O mundo, o conhecimento e a cultura dos anos quinhentos é o tema do núcleo segundo que tratará das novas concepções sobre o Homem, nascidas naquele século, relacionadas com as descobertas realizadas. O lema "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", preside a este núcleo onde se trata da cultura de uma época de renovação, no domínio da ciência, da navegação, da literatura, da música e das artes. O encontro das civilizações, a universalidade do Homem, o passado, o presente e o futuro são os eixos à volta dos quais se apresenta a documentação relativa a este núcleo.

Camões, a sua vida e a sua obra, "Os Lusíadas", a Língua Portuguesa, o Poeta na História de Portugal, são os aspectos centrais do terceiro núcleo da exposição. "O amor da Pátria alto e quase eterno", lema deste núcleo, relaciona

o Poeta com o país que o viu nascer e ao qual toda a sua obra — especialmente "Os Lusíadas" — se encontra ligada.

O projecto e realização da exposição está a cargo de uma equipa coordenada por Rogério Ribeiro e na qual se integram Pedro Vieira de Almeida, José Santa Bárbara, António Borges Coelho, Leonor Santa Rita, José Flores, Dagoberdo Marklo, Sá Marques, Manuel Jorge, Manuel Pizarra, Gisela da Conceição e Manuel Augusto Araújo.

Iniciativas culturais — colóquios, debates, sessões de música, teatro e poesia — acompanharão a apresentação desta Exposição.



Domingo e segunda-feira, no Coliseu de Lisboa, "Todo o mundo é composto de mudança": um espectáculo em que o poesia e a música, o teatro e a imagem, estiveram ao serviço da divulgação da vida e da obra de Camões numa perspectiva progressista, para muitos desconhecida. Um espectáculo que, juntamente com outras iniciativas, foi organizado no âmbito das comemorações do IV Centenário do poeta promovidas pelo PCP

Comunistas dos Açores mostram as consequências da política do PPD

A análise da situação política regional e a actividade do PCP foram os principais temas abordados na última reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP, cujos trabalhos decorreram já no novo CT na cidade da Horta (ver artigo neste número sobre campanha de fundos).

Lê-se a dado passo do comunicado distribuído aos órgãos de Comunicação Social: "A DORAA concluiu que a situação se caracteriza, por um lado, pelas contradições entre responsáveis do Governo Central e Governo Regional e também entre diversos dirigentes do partido que se encontram actualmente nesses governos - o PSD (...). Por outro

lado, é a evidente e crescente discordância e oposição de vários sectores a uma política que não tem resolvido os problemas da Região, antes os tem agravado. O próprio Governo do PSD tem criado problemas novos". No capítulo da análise à política regional, o documento citado refere-se às questões da política aérea, restrição de direitos dos trabalhadores, oposição à política do Governo Regional, Poder Local e autonomia regional.

Uma imagem resumida da política inoperante

De acordo com aquele comunicado, "o plenário da DORAA constatou o crescente descontentamento das

populações em relação a situações gerais como:

- Falta no abastecimento de géneros de primeira necessidade, em diversas lojas, sobretudo em Aumento constante do custo de vida, a não fiscalização de preços e a consequente especulação.
- Crescente falta de empregos, que mantém um permanente fluxo migratório, como consequência da ausência de uma política de desenvolvimento da Região.

Outros graves problemas a nível local revelam bem a natureza de classe do Governo do PSD, provocando nomeadamente:

- A justa contestação das populações atingidas pelos efeitos do sismo de 1 de Janeiro, pela ausência de medidas de apoio à habitação social, falta de apoio

à auto-reconstrução, política de empréstimos, ausência de subsídios e outras carências.

- As adesões significativas a paralisações e greves em diversas zonas e sectores laborais;
- As recentes paralisações e manifestações em S. Maria (e a atitude das autarquias da ilha, afectas ao PSD), que provam que as populações já não se deixam enganar ou manietar com facilidade.

No capítulo da actividade do PCP, revela-se que foram já largamente ultrapassados os objectivos da campanha para adesão de novos militantes comunistas na Região e que a DORAA enviara delegados dos Açores à Conferência Nacional do PCP que se realiza no Porto, no próximo fim-de-semana.

Provocação em Alcaide

Quando, na noite do passado dia 3, um grupo de comunistas e de outros democratas procedia em Alcaide a uma colagem de cartazes, o presidente da Junta de Freguesia e outros indivíduos com igual comportamento marginal agrediram o camarada Fernando da Conceição Carvalho e rasgaram os cartazes, que em seguida queimaram.

A Comissão Concilial do Fundão do PCP, que apresentou queixa à GNR, denuncia num comunicado "o comportamento destes caceteiros fora da lei, tanto mais grave quanto foi encabeçado por um eleito que mais que qualquer outra pessoa deveria defender a ordem democrática, e direitos dos cidadãos, o sossego

das populações". O comunicado faz notar que "este comportamento, do presidente da Junta de Freguesia, de Alcaide, é, esclarecedor da Mudança prometida pela "AD", é uma amostra do que seria a sua prática generalizada se não fossem derrotados nas eleições próximas".

A Comissão Concilial do Fundão do PCP reafirma a sua

disposição de lutar pela ordem democrática e o funcionamento das instituições, pela melhoria das condições de vida das populações, e reafirma a sua confiança em que o povo democrata de Alcaide mostrará, nas eleições que se aproximam, o seu apego ao espírito do 25 de Abril, derrotando na sua terra os caceteiros da "AD".

Dias Coelho: Homenagem em Pinhel sua terra natal

Comemorando o 57.º aniversário do nascimento, em Pinhel, do camarada José Dias Coelho, a Comissão Concilial de Pinhel do PCP promove, de 19 a 22 do corrente, uma série de actividades culturais.

Comemorando o 57.º aniversário do nascimento, em Pinhel, do camarada José Dias Coelho, a Comissão Concilial de Pinhel do PCP promove, de 19 a 22 do corrente, uma série de actividades culturais.

uma visita guiada à exposição das 21 às 23 horas.

No sábado, dia 21, a exposição abre ao público às 15 horas, vindo a encerrar às 21.30. Um colóquio, subordinado ao tema "Resistência Antifascista do nosso Povo", tem lugar às 21 horas, seguindo-se a projecção de um filme.

No domingo, — o dia mais importante das comemorações

— para além da exposição, está marcado o desceramento de uma lápide, no Largo Camões, na Casa onde José Dias Coelho viveu. O camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, participa depois num comício a realizar no Largo da Misericórdia. Segue-se um espectáculo musical, com a participação dos grupos "Trovante", "As" e outros.

Camaradas de Montalvão

No próximo dia 22, às 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho de Tires (perto de Cascais), uma importante reunião destinada aos camaradas e simpatizantes do Partido natural da freguesia de Montalvão (Nisa) que residem na área da "Grande Lisboa". Não faltes!

Festa do Povo em Vale de Cavalos

No passado fim-de-semana realizou-se em Vale de Cavalos, Chamusca, organizada pelo PCP e pela Juventude Comunista Portuguesa, a Festa do Povo, durante a qual mais de três mil pessoas

participaram nas várias manifestações culturais e desportivas. Cavalhadas, concurso de damas, e dois espectáculos de Canto Livre animaram os três dias de festa que contou ainda

com uma animada quermesse. Samuel, Filipe Gomes dos Santos, Teresa Paula Brito, João Fernando, Carlos Paulo e Luísa Basto foram os artistas participantes. No comício realizado

durante a festa, tomaram a palavra os camaradas Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos.

Fundos para o CT da Horta: ultrapassados os 500 contos!

Mais de 500 contos é o balanço do início da campanha de fundos "Reforçar a organização nos Açores", lançada pela ORAA do PCP para a compra do novo Centro de Trabalho na cidade da Horta.

As iniciativas continuam e o seu desenvolvimento é fundamental para o pleno êxito da campanha. Falamos, por exemplo, das pequenas bancas com material de informação e propaganda, dos sorteios diversos, dos contactos individuais, das dívidas de camaradas e amigos do Continente enviadas para a DORAA, das contribuições semanais regulares, etc.

Brevemente decorrerá na ilha do Faial uma grande pescaria, cujo

produto revertará na sua totalidade a favor da campanha, incluindo as "soldadas". Apenas se retirará a verba indispensável ao pagamento do combustível. Para esta iniciativa conta-se com a colaboração de pescadores comunistas e outros amigos do PCP.

Aqui ficam, entretanto, as últimas rubricas da campanha: "Pela unidade nacional" - 12 346\$00; "Uma falanxense" - 10 000\$00; "Estudantes açorianos em Coimbra" - 13 600\$00; "Pelo reforço da organização" - 4400\$00; "Grupo de apoio ao trabalho nos Açores" - 500\$00.



Os camaradas e amigos da Região Autónoma dos Açores estão firmemente empenhados numa campanha de fundos para a compra do edifício (que aqui vemos em desenho parcial) do novo Centro de Trabalho da DORAA, na cidade da Horta. Além de diversas salas e outras dependências, o CT tem ainda um quintal propício à realização de convívios populares

Até dia 29 Festejos populares na Cova da Piedade

Decorarão até ao próximo dia 29, na Cova da Piedade, os festejos dos Santos Populares, numa iniciativa promovida pela Comissão de Freguesia local do PCP integrada na campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho concelhio de Almada ("Uma Casa do Partido").

grandiosos bailaricos populares, sessões de Canto Livre, fados, e, entre os "comes-e-bebes", a tradicional sardinha assada e vinho da zona da Reforma Agrária.

O local das festas é fácil de encontrar: Avenida Rainha D. Leonor - Pombal, junto ao CT da Cova da Piedade.

Camaradas falecidos

JOAQUIM FEVEREIRO — Com 38 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Joaquim Ferreira Fevereiro, natural de Atalaia (Montijo). Vítima de acidente de viação, o militante comunista era trabalhador corticeiro e membro da célula do PCP da "Soberana". O camarada Joaquim Fevereiro fazia também parte da direcção da colectividade recreativa "Atalaiense".

membro da Comissão de Freguesia do PCP da Graça. Estimado por todos quantos o conheceram, o camarada Rana foi activista do MURPI e teve papel destacado na formação da Comissão de Reformados da Graça e na abertura do Centro de Terceira Idade instalado na "Voz do Operário".

As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta as suas sentidas condolências.

Festa da Liberdade

Domingo, nos Olivais

No próximo domingo, a partir das 10 horas, realiza-se no Vale do Silêncio, nos Olivais, mais uma "Festa da Liberdade", iniciativa do CLL que terá como ponto alto do seu diversificado programa um comício às 18 horas com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

A parte da manhã é inteiramente dedicada aos mais pequenos, estando previstas iniciativas como a pintura, modelagem, ginástica, gincanas e um espectáculo com Carlos Moniz e Maria do Amparo. Depois de almoço e até à hora do comício, haverá um espectáculo com a participação do grupo Fado de Abril, Tuba Canora, Paulo Fernando, Luísa Basto e Adriano Correia de Oliveira.

Além dos "comes-e-bebes" para todos os gostos, a Festa terá algumas exposições e bancas com materiais de informação, propaganda e outros. O segundo sorteio das EPs da Festa do "Avante!" também ali será realizado (ver lista de prémios na pág. 8).



Na Lousã (Coimbra)

Festa da Serra: um êxito

Realizou-se pela primeira vez, no passado domingo, na Lousã, a Festa da Serra, iniciativa do Organismo da Zona da Serra do Distrito de Coimbra do PCP. Mais de um milhar de pessoas, famílias inteiras com o típico farnel, espalharam-se pelo vasto parque da Nossa Senhora da Piedade e participaram nesta jornada de convívio democrático.

Uma decoração simples, marcada por três grandes painéis colocados nas encostas do monte que rodeiam a Ermida e no castelo que, na colina sobranceira à Lousã, limita a oriente a região, fazia sobressair as palavras de ordem que deram o tom a esta realização - "25 de Abril", "PCP", "APU" e "Por uma Vitória Democrática".

A atenção dedicada à exposição política e às bancas de livros, a participação nos espectáculos que se iam sucedendo no coreto - actuaram o Coro dos Pioneiros de Portugal (Coimbra), o "Juvenil 4", o "Grupo de Cordas do Ateneu de Coimbra", Zina Andrade, Liette Reis e a "Brigada Victor Jara" - e ainda os petiscos e os vinhos da região que eram provados nos vários bares, os balinões de roda, foram as notas da Festa da Serra.

O camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, que interveio no comício a que assistiram mais de 500 pessoas, afirmou a dado passo:

A realização, pela primeira vez, da Festa da Serra, por iniciativa da Organização da Zona da Serra do Distrito de Coimbra do PCP, num local de tradicional culto religioso, é a melhor prova de que o PCP reafirma rigorosamente as crenças religiosas do povo, opondo-se a qualquer atitude que possa ofender os sentimentos religiosos de quem os professe.

Esta Festa - afirmou ainda - onde participam crentes e não crentes, comunistas e outros democratas, onde estão muitos dos que vêm às tradicionais festas da Senhora da Piedade, é a melhor prova de que o coração do povo há lugar, simultaneamente, para a crença religiosa e os elevados ideais de luta pela liberdade, pela Democracia, pelo Socialismo, para os ideais da solidariedade e da fraternidade humanas.

Mais adiante, e depois de se debruçar sobre alguns dos problemas mais sentidos na

região, nomeadamente a tentativa do Governo AD de retirar os baldios aos povos, e de referir qual a posição do PCP, o que foi calorosamente aplaudido pelos presentes, o camarada Jaime Serra concluiu:

O Governo AD é hoje um governo em queda acelerada. É um governo completamente desprestigiado, sem autoridade moral, envolvido em fracassos, escândalos e corrupção. Lutar pelo seu derrubamento antes das eleições ou em consequência do resultado das eleições é um imperativo no qual devem estar empenhados todos os democratas e patriotas deste país que para tal devem unir-se em defesa de Abril e da Constituição da República.

Já o sol se escondia lá para as bandas da Figueira da Foz e a festa continuava, dançando-se ao som do "Brigada Victor Jara". O êxito desta iniciativa comprova bem que os ideais de Abril continuam vivos nas populações da zona da Serra do Distrito de Coimbra e que o PCP aparece cada vez mais para as populações como o partido que se identifica com os seus interesses e aspirações.

Semana

3 Terça-feira 1976 - Primeira sessão da Assembleia da República.

Dezenas de milhares de trabalhadores exigem a satisfação das suas reivindicações sectoriais em dez concentrações simultâneas realizadas em Lisboa, Porto, Braga e Leiria, repudiando paralelamente a política do Governo PPD/CDs e exigindo o cumprimento da legalidade democrática e a concretização de uma política que defenda e consolide as conquistas de Abril.

■ A Comissão Nacional de Eleições (CNE) reafirma que, nos termos da lei, a actualização do recenseamento terminou, quer no território nacional, quer no estrangeiro, em 31 de Maio. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega à Noruega para uma visita oficial de três dias a convite do rei Olavo, Chefe de Estado Norueguês. ■ O PS entrega na AR o requerimento de um inquérito parlamentar destinado a "averiguar a verdade dos factos denunciado" durante o debate sobre a Comunicação Social estatizada suscitado pela interpelação do Partido Socialista.

■ O Conselho da Revolução determina com força geral obrigatória a inconstitucionalidade de normas que datam de 1920 e que consideram os cidadãos como indivíduos do "segunda ordem", sujeitos a leis especiais. ■ Uma força da GNR notifica os trabalhadores agrícolas da Cooperativa de Casabres a deixarem de comparecer na herdade de Gargolim de Cima, relativamente à qual o Supremo Tribunal Administrativo suspendeu a excoercibilidade da entrega de reserva que o MAP "concedera" ilegalmente à agrária e a um antigo rendeiro.

4 Quarta-feira 1976 - Morre o escritor Jorge de Sena.

O Conselho de Ministros do Governo Carneiro/Amaral aprova um decreto-lei que, a ser aplicado, subtrairia os baldios às populações, atribuindo a sua administração às Juntas de Freguesia. ■ Abre no Terreiro do Paço de Vila Viçosa o "1.º Encontro Regional de Orlaria do Alto Alentejo", que ali permanecerá até ao próximo dia 15 expondo três mil peças manufacturadas por cerca de uma centena de oleiros de toda a região. ■ O agrupamento parlamentar congnominado de "Os Reformadores" apresenta na Assembleia da República um "projecto de lei do referendo"; entretanto este agrupamento parlamentar solidarizou-se com Medeiros Ferreira a propósito de opiniões deste sobre as próximas eleições presidenciais.

5 Quinta-feira 1728 - D. João V corta relações diplomáticas com a Santa Sé.

O Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing defende o adiamento da admissão da Grécia, Espanha e Portugal na CEE devido à crise actual daquela comunidade económica. ■ Decorre no Porto, com a participação de mais de oito dezenas de profissionais, o 1.º Encontro de Jornalistas do Norte; de entre as conclusões das diferentes secções ressalta a que considera como "pedra de toque" do grau de independência dos jornalistas o funcionamento pleno (ou não) dos Conselhos de Redacção. ■ A 66.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abriu ontem, começa a analisar o recurso apresentado pela CGTP-IR contra a decisão do Governo português de designar um membro da chamada UGT como representante dos trabalhadores portugueses, na delegação portuguesa à assembleia anual daquele organismo.

6 Sexta-feira 1808 - Insurreição no Porto contra os invasores franceses; seguem-se insurreições em Braga e Barcelos.

Num encontro com a imprensa o secretário-geral do PS, Mário Soares, revela que uma sondagem de opinião do eleitorado encomendada pelo seu partido a uma empresa especializada e realizada em meados de Abril último aponta com nitidez para uma derrota da direita nos próximos actos eleitorais. ■ A UCP "Unidade de Trabalhadores", em Campo Maior, é assalada por um bando de agrários acompanhado por um funcionário do MAP e por uma força da GNR transportada em 15 lipes, roubando sem qualquer informação prévia e sem apresentação de qualquer documento justificativo, 228 cabeças de gado galego, dois muarens, uma charrea e um reboque. ■ O pessoal da Empresa Pública Notícias/Capital (EPNC) efectua uma greve de um dia como forma de luta contra as medidas impostas arbitrariamente pelo Governo PPD/CDs; a paralisação registou uma adesão de 85%. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega a Lisboa após uma visita oficial de três dias à Noruega.

7 Sábado 1584 - É representada a primeira obra de Gil Vicente, o "Monólogo do Vaqueiro".

A Federação Sindical Mundial (FSM) e a Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT) apoiam em Genebra o pedido da CGTP-IR de impugnação do delegado da chamada UGT que o Governo Carneiro/Amaral designou para representar os trabalhadores portugueses; a comissão de verificação de poderes da Conferência da OIT terá agora de se pronunciar sobre o caso. ■ Os trabalhadores corticeiros do Sul do País constituem o seu Sindicato, resultante da fusão dos três sindicatos existentes até aqui. ■ Morre com 70 anos de idade o advogado Artur Morgado Ferreira Santos Silva, velho opositor do regime fascista; após 25 de Abril Santos Silva foi um dos fundadores do PPD, a cuja comissão política nacional pertenceu, tendo mais tarde abandonado este Partido para fundar o MSD.

8 Domingo 1663 - Forças portuguesas comandadas pelo conde de Vila Flor vencem o exército espanhol na batalha do Ameialal.

Efectua-se na Voz do Operário o 1.º Encontro de Comissões de Moradores do Distrito de Lisboa com a participação de representantes de 100 CM de dez concelhos do distrito; das conclusões do Encontro ressalta que os órgãos da vontade popular, cuja existência está consagrada constitucionalmente, são indispensáveis ao desenvolvimento de um efectivo Poder Local.

9 Segunda-feira 1974 - Portugal e a URSS estabelecem relações diplomáticas.

A família de agrários Almadainim recupera completamente o latifúndio que possuía antes do 25 de Abril com a entrega de mais uma reserva ilegal arrancada à UCP "Esperança de Lavre". ■ Os pescadores de sardinha e motoristas marítimos do Algarve prosseguem uma greve de 72 horas ontem iniciada e que está a ter uma adesão a 100%; a luta trava-se em defesa de regalias sociais e salariais. ■ Segundo comunicado conjunto, o Partido Socialista (PS), a Acção Social-Democrata Independente (ASDI) e a União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) "acordaram na constituição de uma frente eleitoral de socialistas e socialistas-democratas que será designada por Frente Republicana e Socialista".

10 Terça-feira 1580 - Morre Luís Vaz de Camões.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, preside em Leiria à sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. ■ O Conselho da Revolução declara-se orgulhoso de participar no IV centenário da morte de Camões e dirige "uma mensagem de fé no futuro livre e democrático da Pátria". ■ Redime o CC do PCP para preparar a Conferência Nacional do Partido a realizar no próximo fim-de-semana no Porto.

Os Comunistas na Assembleia da República

Política social: o Governo não cumpre promessas

A Assembleia da República, no próprio dia em que se encerraram os trabalhos da sessão legislativa que hoje chega ao fim, ocupa-se com mais uma interpelação. O Governo começou ontem a ser questionado, por iniciativa do Partido Comunista Português, sobre a política social e os problemas relacionados com o bem-estar dos portugueses.

Não é preciso ser adivinho para garantir que muitas perguntas, se não a maioria delas, vão ficar sem resposta. O Governo insistirá em que o povo português vive melhor depois da "mudança" que a AD tem operado a partir do Executivo. E se todos os portugueses pudessem assistir ao debate que se trava na

Assembleia, teriam a oportunidade de verificar que em demagogia ninguém ganha à aliança reaccionária. Os portugueses conhecem bem, no entanto, o quanto a direita no Governo tem feito para aumentar os privilégios dos antigos senhores em detrimento não apenas das camadas mais desfavorecidas do povo, mas da sua grande maioria: classe operária, pequenos e médios agricultores, empregados, quadros técnicos, pequenos e médios industriais, mulheres, juventude, a grande maioria do povo português vive pior, vê degradar-se as suas condições de vida ao mesmo tempo que o Governo insiste - com nova operação de propaganda - em se mostrar através dos importantes meios

de comunicação social que manipula como o melhor Governo depois do 25 de Abril.

A interpelação do PCP - que incide especialmente sobre as políticas de emprego, preços e salários, segurança social e habitação - desmonta a demagógica propaganda deste Governo que ainda há pouco anunciava reduções fiscais para todos e beneficiava sobretudo os rendimentos mais altos.

Decorridos pouco mais de cinco meses sobre o início da sua actividade, este Governo pode gabar-se de ser o mais detestado de todos os executivos constitucionais. Marcado à partida por se apoiar numa maioria parlamentar que não representa a maioria dos eleitores, o Governo Sá

Cameiro e Freitas do Amaral, aproveitando a senda aberta por outros Governos que passaram com o apoio parcial ou total dos partidos reaccionários, só não destruiu ainda a totalidade das transformações democráticas operadas com a Revolução de Abril porque encontra pela frente a firmeza determinada do movimento operário e popular e o empenhamento de outros órgãos de soberania que não permitem o desmantelamento das instituições democráticas e respeitam a Constituição no fundamental.

Apesar da resistência que se desenvolve face às medidas arbitrarias e ilegais do Governo, a sua política continua a agravar as condições de vida dos portu-

gueses. Agrava-se o desemprego que aumenta incessantemente não apenas nos campos do Alentejo onde o MAP continua a dirigir as operações de roubo que favorece os grandes agrários, como nas empresas onde algumas administrações se vêem autorizadas pelo Executivo a despedir trabalhadores.

Os trabalhadores têm-se mantido permanentemente mobilizados em vários sectores de actividade contra os congelamentos da contratação colectiva e contra a política de repressão salarial.

Os preços continuam a aumentar, desmentindo promessas ou contas propositalmente falseadas que o Governo propagandista na

TV ou mesmo do alto da tribuna da Assembleia. Bens essenciais - como a alimentação - sobem em flecha, ao mesmo tempo que se agravam também as condições de habitação, de saúde e de segurança social dos portugueses.

Com o prolongamento dos trabalhos parlamentares decidido ou não, a interpelação do PCP vai ser um verdadeiro balanço, realizado na Assembleia, da actividade do Governo no campo da política social.

Neste campo, como em muitos outros, ficará demonstrado que nem as promessas eleitorais da aliança reaccionária, nem o programa do Governo - muito menos ambicioso foram cumpridas.

Cultura e ambiente em debate

Antes das curtas férias que, feriados, fim-de-semana e respectivas "pontes" proporcionaram aos deputados, a Assembleia da República reuniu durante 16 horas. Mais uma maratona. Para dois pacotes: tratava-se de debater e aprovar uma série de projectos, da autoria de vários partidos, versando sobre o património natural e o património cultural.

A parte da manhã dessa quarta-feira seria ratificada por unanimidade, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, relativa às condições de trabalho da Função Pública. Não sem que a oposição tivesse deixado de pôr a nu as contradições do executivo que, ao mesmo tempo que propunha a ratificação desta Convenção a infringia, ao aprovar de modo unilateral o contrato de trabalho da Função Pública: a tabela salarial aprovada pelo Governo fica longe de cobrir o aumento do custo de vida.

Apesar de discutidos conjuntamente, os quatro projectos incluídos neste pacote - uma proposta da Assembleia Regional da Madeira sobre medidas de apoio à defesa da Reserva Natural das Ilhas Selvagens, dois projectos do PPM (um sobre os resíduos nucleares e a sua deposição em águas oceánicas e outro com a designação misteriosa de "impacto ambiental"), e, finalmente, um projecto do Partido Socialista sobre a defesa do ambiente e qualidade de vida - estes diplomas viriam a conhecer votações diversas. A Proposta da

Assembleia Regional da Madeira e o primeiro projecto dos monárquicos reuniria o consenso da Assembleia. O "impacto ambiental" mereceu a abstenção do PCP e do PS. O projecto socialista foi rejeitado pela maioria reaccionária.

A cultura ficou para a noite, com o debate de outra série de diplomas.

Os "reformadores" apresentaram vários projectos - sobre regime jurídico do património natural e cultural; sobre a protecção ao mesmo património; sobre a criação do Museu das Descobertas e do Ultramar e sobre a compra anual de obras de arte pelo Estado. Estes diplomas foram todos aprovados. Aprovado foi ainda um outro projecto, do CDS, sobre o regime jurídico do património arquitectónico, histórico, artístico e cultural.

Para além da intervenção do camarada Vitor de Sá, que apresentou os dois projectos do

Inquérito parlamentar sobre Comunicação Social

Não foi a apresentação de uma moção de censura - como a direita aparentou esperar -, mas sim o pedido de um inquérito parlamentar, a conclusão da interpelação movida pelo Partido Socialista ao Governo sobre Comunicação Social e que teve lugar na Assembleia na passada semana.

As graves acusações dirigidas por aquele partido da oposição ao executivo de Sá Carneiro - manipulação da informação, censura, saneamentos ou marginalização de profissionais, não encontraram respostas satisfatórias da parte dos membros do Governo nem da sua maioria apoiante. As vozes dos interpelantes, a que se juntaram as de toda a oposição, iam servir apenas de denúncia pública do que se está a passar no domínio da Comunicação Social estatizada. O Governo, que nem sequer refutou as acusações, procurou apenas, durante o debate, tapar com os erros de outros governos os seus próprios. E, depois do debate, utilizar os mesmos meios de Comunicação que controla para abafar as acusações que lhe foram dirigidas.

Inquérito, que require a audição dos Conselhos de Informação para a RTP, RDP e Imprensa e dos Conselhos de Redacção da RTP, RDP e "Diário Popular" é fundamentado em factos. Factos abundantemente descritos - e sem contestação.

O texto em que o inquérito é solicitado refere casos de censura - contes de programas, de artigos ou até de frases desfavoráveis ao Governo, não contrários ao estatuto editorial do respectivo órgão de informação, nem ofensivos do Governo.

Refere também a denúncia feita, durante a interpelação do desrespeito pela lei que concede à oposição o direito de antena na Rádio e TV, em igualdade de circunstância com o Governo, facto que o debate exemplificaria, revelando uma desproporção abissal entre o tempo de antena e o espaço dedicados ao Governo e aos partidos da oposição parlamentar.

Não são estes partidos não têm participado na superintendência dos órgãos de comunicação social do sector público - sublinha ainda o texto -, como os elementos que lhe são afectos têm sido afastados das posições de responsabilidade, quando não pura e simplesmente saneados por motivos ideológicos.

Uma série de perguntas - todas elas atribuídas ao actual Governo - termina o pedido de inquérito, reportando-se aos vários órgãos de comunicação social sobre os quais inquirido.

RTP - depois de inquirir se se verificou ou não desproporção entre o tempo de antena concedido ao Governo e aos partidos da oposição parlamentar, questiona-se sobre se ocorreram ou não os casos de manipulação e de censura denunciados durante o debate, nomeadamente se foi ou não proibida a difusão de uma entrevista com Maria de Lourdes Fontalvo, se foi proibida a difusão de programas sobre Camões, se foi amputado um texto de um comunicado da Presidência da República.

No âmbito da RDP, na base dos factos apresentados por José Manuel Nunes, entre outros casos, pergunta-se se é ou não verdade, para além dos casos de censura, terem ocorrido as alegadas substituições e transferências de profissionais por motivos políticos e ideológicos nas Direcções de Informação e de Programas e a marginalização de profissionais pelos mesmos motivos. Ao mesmo tempo pergunta o PS se é ou não verdade ter a empresa admitido pessoal e pago horas extraordinárias em regime de privilégio a pessoas conotadas com o Governo.

Quanto ao "Diário Popular", as perguntas incidem sobre os casos de censura e intimidação a jornalistas.

O Governo procurou abafar e ignorar a interpelação. Procurará ignorar este inquérito?

Divulgadas conclusões da reunião da IUP

Em Conferência de Imprensa, membros da delegação parlamentar que recentemente se deslocaram a Bruxelas, à Conferência Internacional da União Interparlamentar, divulgaram as conclusões que ali foram aprovadas.

A Conferência, cujos trabalhos versaram sobre a Cooperação e Segurança Europeias, realizou-se do 12 a 17 de Maio passado, conforme notícia que o "Avante!" já divulgara há semanas sublinhando passos da intervenção da camarada Alda Nogueira, deputada comunista.

Alda Nogueira esteve, aliás, presente na Conferência de Imprensa que teve lugar na Sala do Conselho de Ministros, no passado dia 4 do corrente. Depois do deputado Rui Pena, do CDS, se ter referido ao interesse das iniciativas da IUP e de se ter reportado à sua

intervenção lida em plenário nesse mesmo dia, a camarada Alda Nogueira sublinhou o facto de que todas as conclusões desta reunião da IUP foram aprovadas por unanimidade, resultado de um grande esforço de todos os parlamentares participantes, representando afinal os desejos de paz dos povos que representam.

As posições opostas - afirmou ainda - foram-se esbatendo ao longo do debate.

A Conferência da IUP examinou as questões relativas à Segurança na Europa, em particular o desenvolvimento e o desarmamento; a cooperação nos domínios da economia, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; e cooperação nos domínios humanitário e outros e, finalmente, a prossecução dos objectivos definidos na própria Conferência.

«diligenciei junto do embaixador dos Estados Unidos e, em caso afirmativo, quais as informações obtidas sobre a situação, pelo governo daquele Estado de uma força militar de intervenção onde os interesses dos EUA estejam ameaçados».

Quais as medidas que pensa o Governo tomar no sentido de melhorar a situação social - reformas e abonos de família - dos pequenos industriais de táxis, bem assim como no sentido de melhorar as suas condições de trabalho, são algumas das perguntas dirigidas ao Governo num requerimento que se debreça sobre a situação crítica vivida por aqueles pequenos industriais que se debatem com o decréscimo de rendimento subsequente ao aumento do custo de vida, aos aumentos do gasóleo, à limitação de créditos e às altas taxas de juros.

Iniciativa popular e preservação do património

(...) No que toca ao nosso projecto de lei sobre Associações de Defesa do Património Cultural, foi preocupação do nosso Grupo Parlamentar corresponder à sensibilização crescente dos problemas de preservação do património revelada pelo rápido crescimento de associações daquele tipo. Nos últimos três anos criaram-se dezenas dessas associações, surgidas nas mais diversas regiões do país, e há uma manifesta tendência para a sua proliferação crescente. Já este ano promoverá um Encontro Nacional, e afirmam-se cheios de dinamismo e criatividade. São constituídas por gente amante das suas terras, curiosas de desvendar os mistérios que os testemunhos materiais revelam. Nelas se polariza também o entusiasmo e o empenhamento de muitos jovens estudantes e trabalhadores, com grande capacidade de iniciativa, de planeamento e de intervenção.

Essas associações promovem o levantamento de monumentos e tradições culturais das regiões onde se inserem, e preocupam-se desde logo por mobilizar a opinião pública e os organismos locais, no sentido da sua preservação.

Importa por isso acolher e apoiar juridicamente esse valioso contributo da iniciativa popular, conferindo desde já a tais associações direitos eficazes de intervenção, e reconhecer um conjunto de regalias adequadas à sua eminente utilidade pública. O apoio que o Estado lhes dá no sentido de estimular a sua acção e de lhes reconhecer o direito de intervir junto dos organismos competentes em matéria de património, parece constituir uma medida básica para tornar eficientes todas as deliberações oficiais sobre

tal matéria. Além de que permitiria aos próprios organismos governamentais colher os impulsos de base que ao Governo compete veicular (...)

(...) Quanto ao nosso projecto de lei sobre o Património Arqueológico, ele assenta nas recomendações que autorizados especialistas na matéria dirigiram há três meses a esta Assembleia da República. Com a autarquia que hegemónica na direcção científica e coordenação de trabalhos prospectivos de diversas estações arqueológicas, nomeadamente as de Braga e Coimbra, esses especialistas pretendem responsabilizar quer o poder central, quer o autárquico na salvaguarda do património no domínio da Arqueologia.

O nosso projecto procura, dentro desse objectivo, melhorar as condições jurídicas que permitam evitar destruições e depreciações, a nível de regiões arqueológicas e a criação de assessores locais de diversos organismos oficiais são

Ambiente: os dois conceitos

(...) A grande parte de vida em qualidade de vida do país está dependente da barragem do Alqueva: o abastecimento de águas abutidas para fornecimento de água a numerosas povoações, à agricultura e à indústria; a intensificação dos sistemas de cultivo com a transformação do sistema cultural latifundiário; o desenvolvimento industrial, com a transformação consequente do carácter acentuadamente rural dessa região; a criação de numerosos postos de trabalho, com a consequente erradicação do ciclo de pobreza que os latifundiários e o fascismo ali instalaram.

Eis que contra a construção dessa obra se levantam as forças políticas defensoras dos interesses de umas centenas de ricas famílias, enquanto as forças representativas das centenas de milhares de famílias que sofrem as consequências desse domínio estreito e egoísta se levantam exigindo a construção da obra.

As forças conservadoras brandem argumentos pseudo-ecológicos do terrível impacto que terá a criação de uma tão grande massa de água, e umas fráguas razões economicistas. Mas não cuidam de se preocupar com o impacto ambiental que tem no ciclo de criação dessa massa de água: porque as famílias que exploraram até à miséria o povo alentejano têm rendimentos que bastam, têm água em casa, não precisam de postos de trabalho para si nem os desejam para os outros: porque quem querem contrariar a irradiação do latifúndio: porque não querem ver o "doce" Alentejo alterado pela existência de indústria, de proletariado industrial, do oppões de vida.

Eis pois, como falso "ambiente" serve de capa a uma política reaccionária de impedimento da construção da obra do Alqueva, quando o verdadeiro "ambiente" reclama e exige a sua construção.

Pois não é verdade que a Reforma Agrária teve já a grande vez mais um grande impacto ambiental? Não transformou a vida dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, a própria essência do sistema extensivo de cultivo, nomeadamente com a introdução de novas culturas, construção de novos regadios, intensificação da produção pecuária? Seria então que esta realidade, se tivesse sido considerada ao nível de projecto pelas forças hoje no Governo teria ido avante quando sujeita ao teste do impacto ambiental?

A liberdade sem imprensa

(...) O "Diário Popular" ilustra de atentados mais graves e iníquos à liberdade de imprensa. O actual Conselho de Redacção, nomeado pela AD, manteve e sublinhou a confiança numa direcção imposta pelo ministro da Propaganda do governo Mota Pinto, não obstante a decisão de imprensa, em parecer assinado pelo Juiz Desembargador Mendonça Torres, ter reconhecido, em Fevereiro último, a discriminação ideológica no tratamento do produto informativo e a prática de actos de censura.

A situação, a partir de então, agravou-se e no Relatório do Conselho de Redacção relativo ao período de 18 de Fevereiro a 18 de Março tornou público, com a devida identificação de documentos, actos de censura que vão desde corte de uma local sobre poluição sonora na rua onde funciona a Presidência do Conselho de Ministros, até à eliminação de parágrafos e frases que punham em causa a "bondade" da política do Governo; actos mais sofisticados de censura, como a proibição de uma chamada em que se revelava que a produtividade das empresas públicas era 17 vezes superior à das empresas privadas; actos ainda de intimidação e de impedimento do exercício de direitos e liberdades, como seja a proibição que determinados jorna-

listas assinem as suas prosas, até à ameaça deste "ponho-o nos telefones e levanto-lhe um processo disciplinar", - até - a propósito de um texto que foi cortado pelo director (...)

(...) Perante isto, o Secretário de Estado da Comunicação Social, ora anónimo, ora anónimo, ora impetuoso na oratória, trejura que se respira uma democracia bacteriológicamente pura (...)

Desportivo" é um exemplo de cinismo. Através da ordem de Serviço de 15 de Maio último, o Conselho de Gerência, utilizando o expediente da mudança de local de execução gráfica do jornal, cria condições para a suspensão de facto da publicação e porventura da sua supressão, o que se veio a confirmar. Perante isto, o sr. Secretário de Estado ora anónimo, ora anónimo, ora impetuoso na oratória, trejura que se respira uma democracia bacteriológicamente pura (...)

o autárquico na salvaguarda do património no domínio da Arqueologia. O nosso projecto procura, dentro desse objectivo, melhorar as condições jurídicas que permitam evitar destruições e depreciações, a nível de regiões arqueológicas e a criação de assessores locais de diversos organismos oficiais são

Victor de Sá (4/6/80)

Marino Vicente (3/6/80)

O Governo disse nada

Este debate sobre a comunicação social na base da interpelação do Partido Socialista, veio confirmar um facto já sabido de quantos conhecem a filosofia, os métodos e os actos do Governo da AD e da sua escassa e insegura comunicação social dignos de um serviço de imprensa. O Governo veio aqui dizer nada quanto às críticas e acusações mais que fundamentadas que lhe foram feitas pelas grossas violações à legalidade democrática, aos Estatutos da Rádio e da TV, ao pluralismo ideológico nos órgãos de comunicação social estatizados, às normas deontológicas que regem o exercício da profissão jornalística e tomaram apagação dos profissionais da comunicação social dignos de um serviço de imprensa. O objectivo é claro: asfixiar e desmover uma empresa pública e no imediato, culpabilizar os trabalhadores, a custa de direitos, regalias e remunerações do Conselho de Gerência pretende fazer "poupanças".

O caso do "Mundo

esta atitude do Governo e dos deputados da AD não é nem insólita nem surpreendente.

Para o PCP o comportamento do Governo AD na comunicação social insere-se no que chamamos a ofensiva política global de natureza subversiva destinada a garantir os grupos de pressão ao controle absoluto do poder pelas forças reaccionárias.

A AD controla o Governo, origina ilegalidade e em lei nos sectores mais variados da acção governativa, detém a maioria desta Assembleia da República e a sua máquina propagandística e os seus objectivos totalitários dos partidos de comunicação social estatizada, manifestam desprezo pelo pluralismo ideológico que constitucionalmente se obriga a observar na comunicação social estatizada.

Para o Partido Comunista Português e certamente para muitos dos nossos compatriotas

A rádio e o silêncio

(...) A presente interpelação está a pôr a nu a manipulação e a censura praticada pelo Governo da AD no sector da comunicação social estatizada.

Também no Norte esta política repressiva se faz sentir e atinge forças de trabalho, com a consequente erradicação do ciclo de pobreza que os latifundiários e o fascismo ali instalaram.

Eis que contra a construção dessa obra se levantam as forças políticas defensoras dos interesses de umas centenas de ricas famílias, enquanto as forças representativas das centenas de milhares de famílias que sofrem as consequências desse domínio estreito e egoísta se levantam exigindo a construção da obra.

As forças conservadoras brandem argumentos pseudo-ecológicos do terrível impacto que terá a criação de uma tão grande massa de água, e umas fráguas razões economicistas. Mas não cuidam de se preocupar com o impacto ambiental que tem no ciclo de criação dessa massa de água: porque as famílias que exploraram até à miséria o povo alentejano têm rendimentos que bastam, têm água em casa, não precisam de postos de trabalho para si nem os desejam para os outros: porque quem querem contrariar a irradiação do latifúndio: porque não querem ver o "doce" Alentejo alterado pela existência de indústria, de proletariado industrial, do oppões de vida.

Eis pois, como falso "ambiente" serve de capa a uma política reaccionária de impedimento da construção da obra do Alqueva, quando o verdadeiro "ambiente" reclama e exige a sua construção.

Pois não é verdade que a Reforma Agrária teve já a grande vez mais um grande impacto ambiental? Não transformou a vida dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, a própria essência do sistema extensivo de cultivo, nomeadamente com a introdução de novas culturas, construção de novos regadios, intensificação da produção pecuária? Seria então que esta realidade, se tivesse sido considerada ao nível de projecto pelas forças hoje no Governo teria ido avante quando sujeita ao teste do impacto ambiental?

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem isto.

Admitem-se 5 colaboradores a tempo inteiro na redacção da RDP - Norte, ao mesmo tempo colocam-se trabalhadores na praeteira, isto numa altura em que o Governo hipotecamente considera a empresa em situação económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Levantam-se processos aos trabalhadores por usarem o direito à greve consagrado na Constituição e na lei. E mais uma prova que já não basta a censura e a manipulação como ainda se processam trabalhos por usarem os seus direitos.

Tenta-se silenciar a realização no Porto de uma importante Conferência do PCP sobre a CEE, fazendo apenas uma curta referência ao Rádio Comercial, não obstante a sua importância económica difícil. Também gostava que me desmentissem.

Salários e despedimentos no centro das lutas

● Forte resistênciã na Standard/ITT

A par das últimas concentrações em Lisboa, no Porto e noutros pontos do País, uma grande vaga de protesto e repúdio generalizado entre as forças democráticas e o movimento sindical acompanha a luta dos trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT contra o escândalo dos 212 despedimentos autorizados por um Governo que submete aos superlucros de uma multinacional estrangeira os direitos mais elementares dos trabalhadores portugueses.

O direito constitucional ao trabalho e a possibilidade de o defender são letra morta para um Executivo ao serviço evidente do grande capital e do Imperialismo. E não apenas na Standard. Mas em todos os casos e são muitos onde estão em causa outros direitos elementares que se prendem com a subsistência normal das classes trabalhadoras em luta (e com êxito) contra as ambições da direita e as suas pretensões de instaurar o tecto Sá Carneiro (18%) com a repressão e o assalto à legislação laboral que ainda protege os direitos e interesses dos trabalhadores.

Depois de vários períodos de paralisação, incluindo os de 3 e 4 do corrente, os trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT, de Cascais, continuam a recusar o despedimento colectivo dos 212 companheiros de trabalho para o que adoptaram novas formas de luta. Um plenário reunido no dia

6 aprovou a recusa do serviço extraordinário e decidiu garantir o acesso dos despedidos aos seus postos de trabalho. Entretanto, a administração decidiu concretizar os despedimentos a partir do dia 9, tentando até, durante o último fim-de-semana, que os despedidos (a esmagadora

maioria — 200 — são operárias com idades que variam entre os 20 e os 40 anos e com uma média de tempo de casa que ronda os 8 (8 anos) recebessem em suas casas as remunerações devidas pelos despedimentos, na tentativa de os tornar irreversíveis. Apesar de a administração ter encarre-

gado desse trabalho funcionários da Securitas (empresa onde a «segurança» se confunde com a repressão) a maioria dos despedidos recusou-se a receber.

A Comissão de Trabalhadores considera essas atitudes de administração prematuras e ilegais, pois o despedimento, embora autorizado pelo Governo PPD/CDS foi alvo do recurso para o Supremo Tribunal Administrativo que ainda não se pronunciou.

Conscientes das dificuldades desta luta pelo direito ao trabalho numa situação repressiva comandada pelo próprio Governo transformado em Executivo às ordens da poderosa ITT, os trabalhadores, apoiados por todo o movimento sindical e por organizações sindicais estrangeiras representativas de milhões de trabalhadores, contam com o reforço da unidade dentro da empresa para fazerem valer as suas razões de comprovada justiça

que se baseiam no conhecimento das potencialidades da Standard, perfeitamente viável sem despedir ninguém. O despedimento colectivo tem unicamente em vista aumentar ainda mais os lucros de uma multinacional que quer recorrer aos contratos a prazo para substituir aquilo que considera «pessoal redundante» (ver nesta página o comentário a esta «nova» terminologia autoritária e repressiva da administração).

As percentagens de adesão muito elevadas às últimas paralisações (95% entre as 8 e 10 horas de 30 de Maio — 98% no sector fabril; entre 65 e 80% nos dias 3 e 4 e adesão praticamente total na divisão dos semicondutores, directamente afectada pelos despedimentos) demonstram a capacidade de mobilização dos órgãos representativos dos trabalhadores, a forte unidade e as perspectivas de uma luta de solidariedade muito sujeita, como é bom



Imagens das 6 concentrações em Lisboa no último dia 3

A Standard/ITT não despede «reduz o pessoal redundante»!

Para a ITT (Standard Eléctrica de Cascais) pela voz de um seu administrador em declarações à RDP não houve nenhum despedimento colectivo na empresa. São tudo maquinações... O que houve — disse ele — foi uma «redução do pessoal redundante». São suas as palavras, a expressão, a ideia da qual ressalta logo a ameaça de mais «reduções»... Porque, vejam bem, não se trata de «eliminação». Os 212 despedidos constituem apenas uma «redução». Há mais pessoal «redundante», logo susceptível de ser reduzido. Mas a expressão tecnocrática (chamemo-lhe assim) do sr. administrador tem outro alcance que julgamos valer a pena desmascar.

«Redução do pessoal redundante» em vez de despedimento colectivo é uma maneira de dizer que tenta justificar uma ilegalidade cometida com o aval do Governo. É uma imagem quase perfeita do que vai na cabeça do sr. administrador quando pensa no «seu pessoal».

Redundante é uma palavra que na linguagem comum está quase sempre ligada à escrita. Refere-se normalmente a palavras ou expressões supérfluas, que se eliminam com um traço de tinta com a facilidade de um gesto destinado a clarificar a expressão retrahendo-lhe o que complica, o que nada acrescenta. É essa palavra que o sr. administrador puxa pelas orelhas a fim de a adaptar

à confusão, na tentativa de a lançar como cortina de fumo sobre um acto cuja responsabilidade parece não querer ou não gostar de assumir.

Como mercadoriã que se abate

Os despedidos redundam. Estão a mais. Não já como trabalhadores, mas como coisa material, expediente supérfluo, excedentário, mercadoriã que se abate à carga. A força de trabalho que os empresários compram na sociedade capitalista é aqui confundida com os próprios trabalhadores. Não é essa força que reduz na ITT. São os próprios trabalhadores que naturalmente para o sr. administrador não passam de nomes numa folha de papel ou numas fichas que manda deitar fora.

A expressão tecnocrática do sr. administrador (ou deste Governo, tanto vale) esclarece muito mais do que ele próprio possa pensar. É um sinal bem nítido e concreto do estado em que se encontram as relações de trabalho (as «relações humanas» como os tecnocratas gostam de apelidá-las) em muitas empresas por esse País fora.

Os trabalhadores redundam no mercado (o desemprego aumenta), redundam na sociedade capitalista que os pretende cada vez mais redundantes para que redunda a exploração. O direito ao trabalho, constitucionalmente garantido, é para o sr.

administrador uma redundância entre outras, enquanto os trabalhadores redundam no mercado do emprego. Tudo o que a Lei Fundamental garante em matéria de direitos e liberdades sindicais é como que anulado pela maneira de dizer do sr. administrador.

A expressão é dele mas podia ser do ministro do Trabalho, do Governo, do secretário que assinou a autorização dos despedimentos. A força de quererem parecer neutros, imparciais, sem ideologia, os gestores e os executantes da política de direita (da política das multinacionais, da repressão e do desemprego em massa) sempre que abrem a boca em questões de trabalho mostram a careca ideológica, mostram a repressão, o arbitrio, a ilegalidade, ostentam a sua ideologia de classe.

A expressão «reduzir o pessoal redundante» será proventura mais real, mais concreta, mais científica que despedimento colectivo? Será menos ideológica? Estará menos dependente de uma ideologia? Ou não será, na sua aparente frieza, uma prova de que os administradores desse tipo defendem a sua ideologia, as suas ideias classistas mesmo sem darem por isso, sobretudo quando querem esconder essas ideias, essa ideologia?

«Redução do pessoal redundante» não quer dizer apenas despedimento colectivo, nem é apenas

linguagem tecnocrática pretensamente neutra. Quer dizer repressão, autoritarismo, desprezo pelos direitos, liberdades e garantias das classes trabalhadoras. Explica, consubstancia, ilustra, confirma que os trabalhadores são, continuam a ser (eles próprios como pessoas e não apenas a sua força de trabalho) uma mercadoriã para os grandes patrões imperialistas, para os seus gestores promovidos a lacaios, para os governos ao seu serviço. Para essa gente os trabalhadores são mercadoriã que se compra, vende, armazena, que se tem em «stock», que se contrabandeia, divide, manipula, envenena, explora, mas não é despedida.

É reduzida, nuns casos. Noutros é armazenada, posta em «stock», na prateleira.

A expressão está certa

«Redução do pessoal redundante» ilustra, especifica, esclarece tudo isso e muito mais. E a expressão está certa. Não tenham dúvidas.

Está certa para a recuperação capitalista, para os que sonham com o capitalismo monopolista de Estado de novo dominante em Portugal. Está certa na sua desumanidade, na manipulação que bem ilustra, até ao nível da moral (não a do sr. administrador, de que não queremos saber para nada) que pretende arvorar os mitos tecnocráticos em realidades.

Não está em causa a liberdade de expressão do sr. administrador da Standard Eléctrica/ITT.

O que está em causa é a expressão «reduzir o pessoal redundante» e o que ela significa.

Os trabalhadores foram despedidos. Não estavam a mais. Não eram «redundantes». A capacidade tecnológica da ITT, os tentáculos que estende por todo o mundo capitalista, as centenas de milhares de trabalhadores que emprega, a sobreexploração que exerce não chegam para explicar o maior despedimento colectivo autorizado em Portugal depois do 25 de Abril. É preciso contar para isso com um Governo antinacional como este, que serve de executivo às multinacionais, para se entender cabalmente como a chantagem da ITT acabou por resultar, depois das várias tentativas sem êxito para auferir novamente das condições em que exercea tranquilamente a sua exploração no tempo do fascismo.

Daí as palavras que em vez de esclarecer escondem. Contra o que elas significam concretamente, contra o que elas tentam esconder, ali estão em luta os trabalhadores da Standard/ITT, os seus órgãos representativos na empresa, o movimento sindical. Ali está o protesto das forças democráticas, a solidariedade e o apoio nacional e internacional de milhões de trabalhadores.

de ver, a surtos divisionistas e a atitudes de incompreensão ou menos receptividade à acção solidária entre os 2800 trabalhadores da empresa.

No entanto, a grande maioria dos trabalhadores tem perfeita consciência de que a luta contra este despedimento abusivo e ilegal é uma luta em defesa de todos os postos de trabalho, pois nenhum deles ficará seguro se os trabalhadores não continuarem a mostrar firmeza contra as tentativas muito claras de prosseguir na via dos despedimentos colectivos em favor dos contratos a prazo.

Amanhã, no seguimento da grande movimentação de apoio e solidariedade à luta na Standard, as comissões de trabalhadores e os delegados sindicais dos concelhos da Amadora, Oeiras, Cascais e Sintra, reunidos em plenário nas instalações da Sociedade Filarmónica da Amadora, a partir das 19h e 30, decidiram sobre a forma mais eficaz de apoiar a luta dos despedidos da Standard atingidos pela arbitrariedade do Governo/ITT, perante a qual manifestam «a maior repulsa».

Êxito contra os baixos salários e a repressão

Assinalada pelas concentrações do dia 3, em Lisboa, Porto, Braga e outros pontos do País, a semana finda e os últimos dias têm-se caracterizado pela continuação da luta nas empresas e sectores afectados pela política de

confronto com os trabalhadores, que é um autêntico programa para este Governo de direita, e pela intransigência do grande patronato que faz sua a mesma política de baixos salários, boicote e repressão contra os direitos e liberdades sindicais.

Apesar das ameaças e da campanha contra a lei da greve e contra toda a legislação favorável aos trabalhadores e aos seus direitos, a contratação colectiva continua a mobilizar centenas de milhares de trabalhadores que recusam o tecto salarial de Sá Carneiro e têm obtido êxitos significativos, embora não de todo satisfatórios, quanto ao aumento de salários, na Petrogal (25 por cento) nos Fibrocimentos (22 por cento), na EDP (22 por cento) e noutros casos onde as contrapropostas patronais e o tecto Sá Carneiro (18%) foram ultrapassados pela firmeza e unidade dos trabalhadores informados dos seus direitos e conscientes de que só com a luta podem alcançá-los nas condições actuais.

Enquanto profere ameaças, o Governo é obrigado a recuar e mesmo quando usa o que chama «autoridade», como na Função Pública tentando impor aumentos recusados pelos Sindicatos, os trabalhadores não se intimidam e, na sua grande maioria, não temem os sacrifícios para continuar a luta, como sucede nos têxteis, CTT, sector automóvel, químicos, portuários, metalúrgicos, pescadores.

Grandes empresas como

a EPNC (jornais «Diário de Notícias» e «Capital») Equipmetal, Cometa, Corame, Barragem de Crestuma-Lever, Ambar, Sorel, Valfar, empregando dezenas de milhares de trabalhadores e algumas delas com grande peso na economia do País, continuam a par de sectores inteiros, a sofrer de conflitos exacerbados pelo Governo ou pelo grande patronato, obrigando a adoptar formas radicais de luta na defesa dos postos de trabalho, da viabilidade das próprias empresas, dos direitos e liberdades sindicais e contra a repressão em geral, encabeçada pelo próprio Executivo PPD/CDS que se repete diariamente em ameaças de revisão das leis do trabalho e muito concretamente contra o direito à contratação colectiva — posição flagrante no caso das empresas públicas onde o Governo PPD/CDS procura introduzir esquemas neocorporativos; prevendo, como os trabalhadores já denunciaram, o «policionamento» das negociações directas através de representantes do Ministério do Trabalho.

As concentrações do dia 3 e a preparação da jornada de luta do dia 21, com plenários a decorrer por todo o País, colocaram e colocam como objectivo central das lutas o desaparecimento deste Governo, pois ele assume, defende e encarna toda a movimentação, todos os actos, todas as ameaças contra o que de mais essencial os trabalhadores defendem — os seus direitos, os seus salários, o seu nível de vida.

A CEE tem as costas largas

A «AD», mais «europeia» que a Europa do Mercado Comum, faz chantagem com a sua «prioridade das prioridades» (a adesão à CEE) sobre os direitos nacionais dos trabalhadores.

Na ofensiva reaccionária contra os direitos individuais e colectivos das classes trabalhadoras, que se transformou numa escalada permanente depois da tomada de posse do Governo PPD/CDS, surge agora de forma explícita o pretexto da entrada de Portugal no Mercado Comum (CEE) para eliminar o que resta da legislação laboral favorável aos trabalhadores. Como o camarada Domingos Abrantes lembrou no dia 31 no Porto, durante a Conferência do PCP sobre «Portugal e o Mercado Comum», este Governo e o grande patronato afirmam que a adesão do nosso País à CEE «implica o cearear de algumas liberdades, a modificação do actual panorama sindical e a necessidade da profunda revisão da nossa legislação do trabalho».

O objectivo da direita é transparente e pouco esclarecimento exigiria, se não fosse a espessa cortina de fumo em que o projecto de adesão à CEE se envolve no sentido de escamotear os dividendos políticos que este

Governo quer extrair a curto prazo com a sua propaganda à volta da entrada cada vez mais contingente do nosso país na Europa dos Nove.

O interesse nacional, que este Governo invoca falsamente em defesa do projecto de adesão, serviria, também no caso específico dos direitos, liberdades e garantias das classes trabalhadoras, para «adequar» essas conquistas consagradas pela Constituição às normas jurídicas que vigoram na CEE, designadamente às «disposições sociais» do Tratado de Roma, cuja aplicação tem dado tantos frutos, por exemplo na obtenção de um alto nível de emprego, que, 22 anos depois de criado, o Mercado Comum tem hoje mais de 6 milhões de desempregados.

O Governo fascizante do PSD/CDS, mostrando uma submissão crescente ao Imperialismo, procura desde já cobrir com a «opção europeia» a sua ofensiva contra o movimento operário e as suas conquistas de classe. Estas palavras da intervenção de Domingos

Abrantes na Conferência do PCP sobre a CEE espelham uma realidade indesmentível que o ministro do Trabalho se encarrega de assumir todos os dias e de tranquilizar inclusivamente com ela e com novas perspectivas animadoras o grande patronato, eleitor privilegiado do seu Governo. Abra-se um parêntese para recordar as promessas recentes do ministro do Trabalho à CCP (Confederação do Comércio) no campo das alterações à legislação laboral vigente.

A CEE não exige o que exigem PPD e CDS

E, no entanto, aqui mais uma vez, como já se tomou vulgar, o Governo mente.

Para uma problemática adesão do nosso País ao Mercado Comum as normas deste não exigem da legislação laboral portuguesa a «adequação» que o Governo PPD/CDS gostaria de fazer. Nem as leis do trabalho nem a Constituição, nomeadamente as conquistas que consagra, estão submetidas a qualquer «opção europeia». Não estão nem podem estar. A integração não obriga a alterar o regime constitucional. Os perigos para o regime democrático português não derivam das

normas jurídicas da CEE. Derivam de outras realidades que a Conferência do PCP bem elucidou e entre as quais avulta o poder dos monopólios instalado nos países do Mercado Comum.

O que está em jogo não são normas jurídicas daqui ou de acolá. Não são as leis dos países capitalistas da Europa dos Nove que exigem esta ou aquela orientação ou organização do movimento operário ou do movimento sindical. São agremiações como a UGT e as forças políticas que a criaram (PS, PPD e CDS), a apolam e lhe dão estímulos de vária ordem, estrangeiro e no estrangeiro, que tentam justificar a sua acção divisionista também com a opção europeia, preparando o terreno para que o poder dos monopólios, o capitalismo monopolista de Estado, volte a instalar-se em Portugal.

Por isso a resposta dos trabalhadores à escalada contra os seus direitos, liberdades e garantias através da revisão das leis do trabalho, designadamente a lei da greve, dos despedimentos, contratos a prazo e tecto salarial, não pode deixar de passar pelo reforço constante da unidade nas empresas, pela adesão cada vez maior às lutas de massas, pela eficácia imbatível do Movimento Sindical.

Coopis/EAG No reino das promessas

Este Governo tem uma especial predilecção pelas promessas. Principalmente por aquelas que não cumpre. As outras não precisa de as fazer. O grande capital sabe que tem no Governo gente sua, ao seu serviço, e confia nela. Outro tanto não sucede com quem vive do seu trabalho e é obrigado a recorrer à luta e à solidariedade para obter a satisfação de reivindicações essenciais.

Vejamus muito rapidamente o que tem a dizer, neste campo das promessas por cumprir, os trabalhadores-cooperantes das Coopis/Eag, que realizaram recentemente o seu II Encontro Nacional.

Todos os órgãos de soberania conhecem, ou estão habilitados a conhecer, as dificuldades que os sucessivos governos de recuperação capitalista têm criado (com

destaque especial para o de Mota Pinto) às cooperativas operárias de produção e serviços (Coopis) e às empresas em autogestão (Eag). Os anos de abandono exigem medidas urgentes para recuperar o tempo perdido e ajudar um sector que já vive do seu trabalho e é obrigado a recorrer à luta e à solidariedade para obter a satisfação de reivindicações essenciais.

E dentro dessas bases concretas que as Coopis/Eag têm agido junto de todos os órgãos de soberania e deste Governo que, como lhe compete, dado o seu carácter de Executivo, seria o que mais promessas poderia adiantar. E assim fez.

Segundo uma adenda ao «balanço de um ano de actividade das Coopis/Eag», aprovada por maioria no II

Encontro Nacional do sector, «o ministro-adjunto do Primeiro-Ministro reconheceu a validade das críticas feitas ao Programa do Governo, prometendo que a sua actuação seria diferente do que o referido Programa poderia deixar antever e solicitou a entrega de um programa de actividades sectoriais e regionais para o apoio e fortalecimento das cooperativas operárias de produção».

Os trabalhadores assim fizeram. Entregaram ao Governo PPD/CDS um programa que «contemplava as reivindicações globais do sector e projectos de desenvolvimento para os vários sectores e regiões». Mas os meses foram passando e nada obtiveram para além das promessas. Concretamente, o resultado obtido (e deste Governo nada mais virá que

não seja negativo, como o «código» que se prepara nas costas dos trabalhadores — vide «Avante!» da semana passada) foi a rejeição pelos partidos da «AD» na Assembleia da República dos projectos de lei, apresentados pelo PCP e pelo PS, destinados a resolver alguns problemas mais graves do sector.

Contudo, enfrentando as dificuldades inerentes a um sector abandonado à sua sorte, as empresas em autogestão e as cooperativas operárias não estão dispostas a desaparecer por ordem e actuação deste Governo e dos partidos que o integram. As realidades consumadas pelos trabalhadores são mais fortes e prevalecem sobre um Executivo às ordens do grande capital, das multinacionais e do imperialismo.



Contrato dos bancários causa «sérias apreensões»

Depois da nomeação por parte deste Governo da nova Comissão de Contratação (CEC) para o CCTV dos bancários, o que sucedeu há mais de um mês, e de declarações do presidente do SBSI, José Pereira Lopes, segundo as quais «as divergências entre socialistas-democratas (PPD) e socialistas podem provocar demissão dos corpos gerentes» («Tempo», de 24 de Abril), a maneira como está a ser conduzida a revisão do Contrato, cujas negociações se arrastam há cerca de 4 meses, continua a causar «sérias apreensões» aos trabalhadores.

vontade da nova CEC/Governo, à dita abertura negociada que apenas está a servir para lesar os interesses dos trabalhadores bancários expressos na proposta sindical?».

Na reunião do Conselho Geral de 20 de Maio findo, a que se refere praticamente todo o comunicado sob o título geral «como vai a revisão do CCTV», a direcção do Sindicato, após semana e meia de negociações com a nova CEC (Comissão de Contratação) limitou-se a «ler uma acta das cláusulas já acordadas e a fornecer aos membros do Conselho fotocópias da contraproposta do grupo negociador sobre a carreira profissional e benefícios sociais».

abrem aos bancários na revisão do CCTV». Quanto à tabela salarial, a direcção «apenas disse que ainda não tinha concluído a análise à contraproposta do grupo negociador, apesar de na Banca correrem os mais variados boatos» sobre a questão.

Depois de referir que a direcção aceitou um novo horário de trabalho dos bancos, que «partiu de consultas feitas à CIP e CCP», sem consultar os trabalhadores, o comunicado sublinha a necessidade de «enfrentar a provocação feita pelo grupo negociador quanto à carreira profissional» e termina manifestando «sérias apreensões» quanto ao desfecho da revisão do Contrato (CCTV), pois «as matérias com maior significado na vida dos bancários estão por negociar e em quase todas as já acordadas a situação negativa do actual Contrato não foi alterada porque a direcção do Sindicato tem primado pela cedência fácil à mesa das negociações sem ouvir os bancários».

«A partidização dos reais problemas dos trabalhadores para defender desesperadamente um Governo desacreditado; a tentativa de introduzir a lei da rocha; o desprezo completo demonstrado na defesa dos interesses dos bancários na revisão do CCTV — são «os três tipos de comportamento» de que os membros do Conselho Geral eleitos nas listas unitárias acusam a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas que, como se sabe, é maioritariamente afecta ao PPD, partido do Governo.

o título «a direcção reformista ignora os bancários e faz cedências, à mesa das negociações», aqueles membros do órgão central do Sindicato fundamentalmente com várias acusações aqueles três tipos de comportamento e perguntam, nomeadamente — que direcção é esta que, sem consultar os bancários, já acordou várias matérias do clausulado onde — sublinham — as alterações constantes da proposta sindical mais significativas foram puras e simplesmente postas de lado? Não corresponderá esta prática — acrescentam — à satisfação da

Na OIT A UGT só pode representar a UGT

Com a facilidade que caracteriza as relações entre parceiros do mesmo projecto, a UGT conseguiu deste Governo a designação de um elemento divisionista para «representar» os trabalhadores portugueses na 66.ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A CGTP-IN, Central Única dos trabalhadores portugueses (a UGT, à face da lei vigente, não é uma confederação de sindicatos) protestou

contra a decisão do ministro do Trabalho do Executivo PPD/CDS e, através de uma delegação que enviou a Genebra, requereu a OIT que não considere representativa a delegação divisionista da UGT.

A posição da CGTP-IN, apoiada internamente pelo protesto de grande número de Sindicatos, Uniões, Federações e organismos representativos dos trabalhadores em inúmeras empresas,

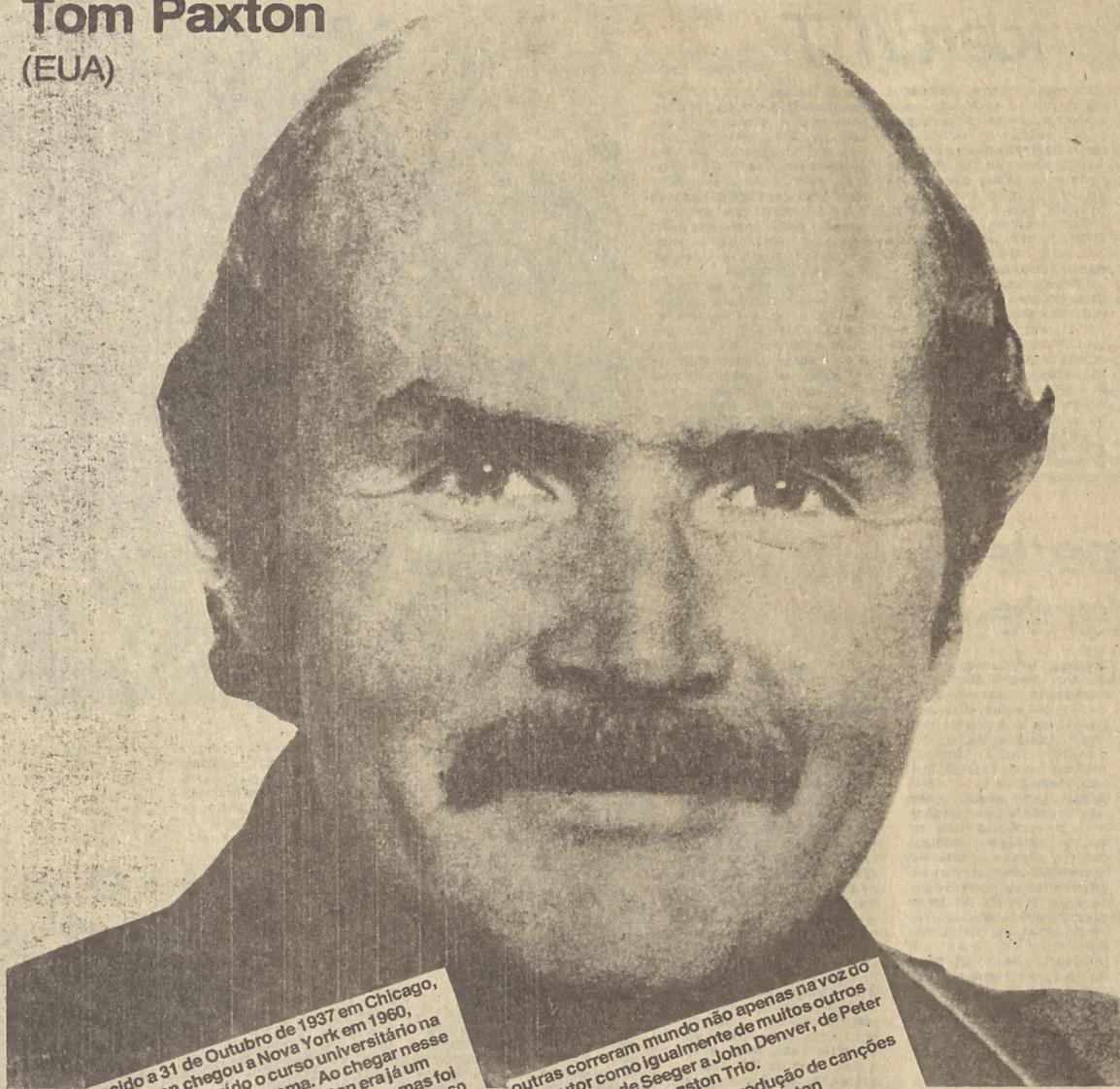
e internacionalmente pela Federação Sindical Mundial (FSM) e pela CMT (Confederação Mundial do Trabalho), baseia-se na atitude autoritária, arbitrária e ilegal de um ministro e de um Governo interessados em atribuir à agremiação divisionista de criação partidária que dá pelo nome de UGT um relevo internacional que a sua implantação e representatividade interna não justificam de modo nenhum.

A designação abusiva de um elemento da direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa e da UGT como delegado dos trabalhadores portugueses à conferência internacional da OIT na passa de uma operação de baixa política que se caracteriza por um desprezo cada vez maior pelos direitos e interesses das classes trabalhadoras que não estão representadas em Genebra pelos elementos da UGT.

OS ARTISTAS DA FESTA

Dixieland All Stars Berlin (FR)

Tom Paxton (EUA)



Nascido a 31 de Outubro de 1937 em Chicago, Tom Paxton chegou a Nova York em 1960, depois de concluído o curso universitário na Universidade de Oklahoma. Ao chegar nesse ano a Greenwich Village, Paxton era já um relativamente conhecido cantor folk, mas no balro novalorquino onde na década de 60 viu renascer a grande tradição folk americana que a sua música e o seu nome ganharam nova projecção. Lado a lado com nomes já consagrados como Pete Seeger e outros que então surgiam como Buffy Sainte Marie, Phil Ochs, Peter Paul & Mary, Paxton revelou-se não apenas como um dos mais empenhados e na interpretação dos direitos civis e na luta contra a guerra do Vietnam, como igualmente um dos mais talentosos compositores da sua geração. Canções como «Ramblin' Bay», «What did you learn in school», «The high sheriff of Hazard», «The last thing on my mind», «Forest lawn» e tantas

outras correram mundo não apenas na voz do seu autor como igualmente de muitos outros intérpretes, de Seeger a John Denver, de Peter Paul & Mary ao Kingston Trio. Para além de uma vasta produção de canções politicamente empenhadas, Paxton é igualmente autor de numerosas composições para crianças, todas gravadas em quase duas dezenas de álbuns, alguns dos quais registados e gravados em Inglaterra. Após o desaparecimento de Phil Ochs, e o afastamento de nomes como Bob Dylan e Joan Baez, a separação de Peter, Paul & Mary (desde há alguns meses novamente gravado mas apenas com um álbum mantém-se da geração recentemente), Paxton mantém-se talvez o mais importante expoente da música de 60 que devolveu à canção tradicional americana a sua grande tradição de música profundamente ligada ao povo, aos trabalhadores, à sua vida e à sua luta.



Numa organização conjunta da Festa do «Avante!» e do Festival de Jazz Tradicional de Berlim, criado já em 1967 com alguns dos seus membros, como Rainer Gaborad K (trombone), Hans Schatzke (bateria), Katz e Wolfgang Schneider (bateria), o «Berlin» diversos LPs, foi distinguido pelo «O» da «extraordinária qualidade artística» e participou em festivais internacionais, entre os quais Dordrecht (Holanda) e (Hannover).

Vladimir Savelher • Alexander & Galina Gulchenko

(URSS) Os primeiros nomes de uma companhia especialmente organizada para actuar nos palcos da Festa do «Avante!». A grande tradição do circo soviético mais uma vez presente na nossa Festa!

mosковский цирк на сцене

CIRCO no palco

ГАМИНА АЛЕКСАНДР ГУЛЬЧЕНКО

mosковский цирк на сцене

Владимир САВЕЛЬЕР КЛОУН



Adriano Cora e Alfredo V. de Souza



FESTA DO «AVANTE!»

Soledad Bravo (Venezuela)

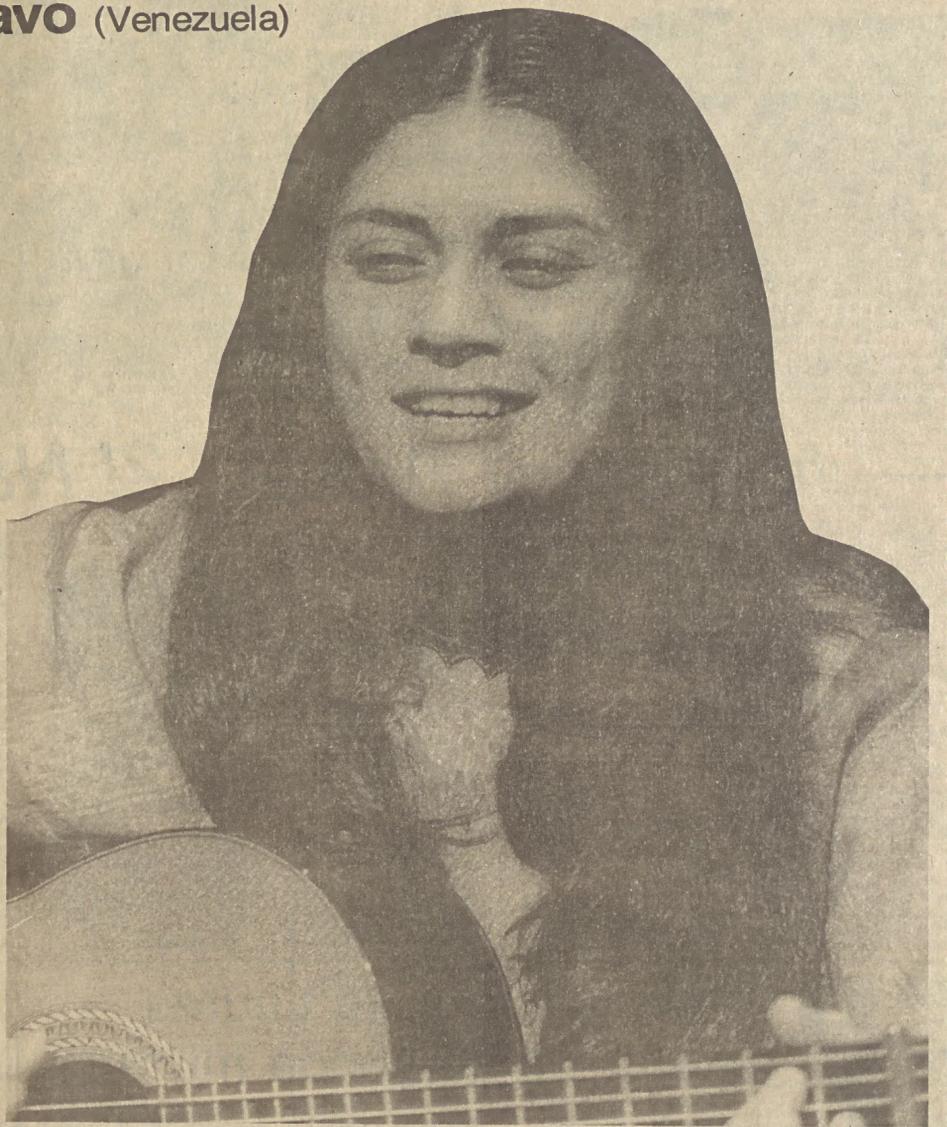
Soledad Bravo nasceu em Logroño (Espanha), em 1943. Depois do seu pai, militante republicano, ter saído da prisão, a família emigrou para a Venezuela, onde Soledad permaneceu vinte e oito anos, fazendo daquele país a sua Pátria adoptiva. Desde muito jovem que se interessou pela música popular e regional, de que é uma importante intérprete, no âmbito da música latino-americana. Para Soledad, a canção deve ser «uma arma carregada de futuro» e uma mensagem de luta, resistência e esperança. E estas são, na verdade, as características fundamentais das canções que interpreta. O seu trabalho assenta em textos de Garcia Lorca, Carlos Puebla, Pablo Milanés, Angel Parra, Daniel Viglietti, Mário Benedetti, Atahualpa Yupangui, entre outros.

Soledad Bravo canta a resistência e a luta, a solidariedade e as vitórias, a esperança e a revolta, a alegria e o sofrimento dos povos.

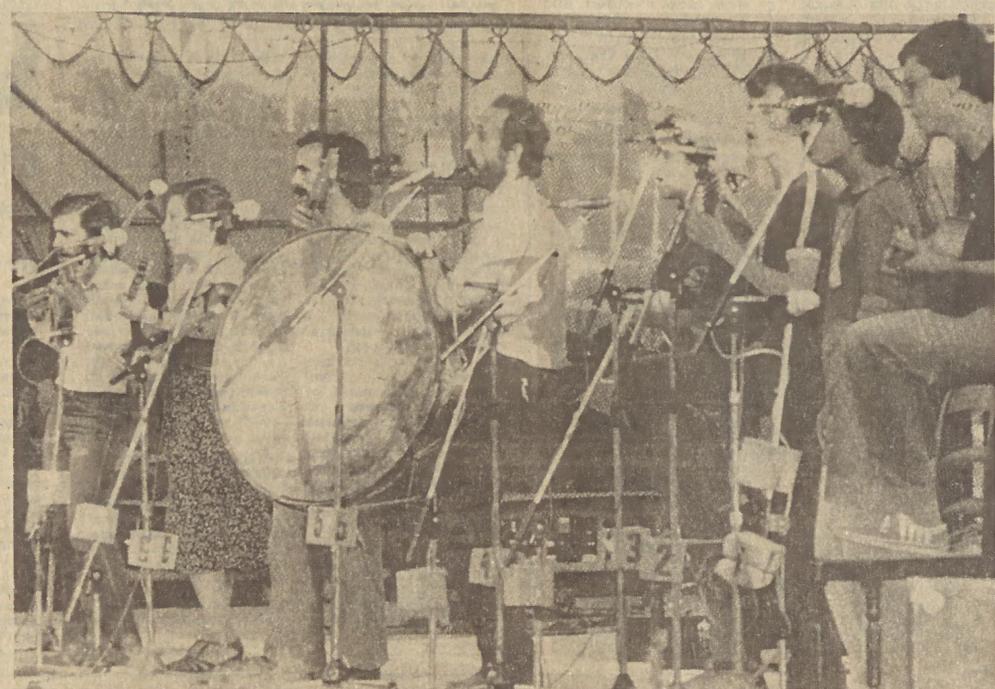
Canta a luta do martirizado povo chileno e dos outros povos da América Latina dominada pelo imperialismo, e canta a Revolução Cubana. Soledad faz do canto de intervenção uma necessidade da História que se escreve com os nomes de «Che» Guevara, Victor Jara, Pablo Neruda, Salvador Allende. Todas as suas canções estão proibidas na América Latina do imperialismo.

Mas Soledad Bravo é também fiel à música revolucionária e popular e aos poetas antifascistas do seu país. Canta belos poemas de Lorca, Felipe, Celaya, Blas de Otero, entre outros. Muitos dos textos são acompanhados com música de Paco Ibanez. Em Outubro do ano passado, regressou a Espanha.

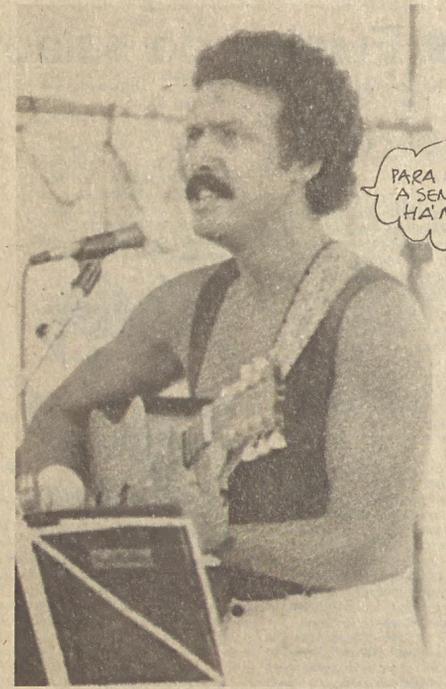
Entretanto, já actuou em diversos recitais promovidos em Madrid e Barcelona, tendo gravado vários discos.



Comunista Portuguesa e da Comissão de...
este ano um Festival de Jazz
de domingo no palco 2. Linguagem
a Europa executantes de grande
desenvolvimento cultural e da expansão
os grupos de Jazz têm vindo
acompanhando a já consagrada escola do
Festa conta-se o Dixieland ALL Stars
dos melhores músicos da RDA: Joachim
Komer (clarinete), Dietrich Unkrodt
Hub Katzenbein (tuba), Hanjo Pape (banjo)
«DAS Kriin» (como é conhecido na RDA) gravou já
Ministério da Cultura de Berlim pela sua
e participou já em numerosos Festivais
Prerov e Praga (Checoslováquia),



de Oliveira • Ary dos Santos • Brigada Vitor Jara • Carlos do Carmo
Barata Moura • Carlos Alberto Moniz • Maria do Amparo • Carlos Mendes



PARA A SEMANA HÁ MAIS!



Já foste à Ajuda...?! Não?!? Então vai!

A cerca de um mês para a Festa do «Avante!» o vasto recinto do Alto da Ajuda já mostra os contornos da maior realização político-cultural do nosso País. O perfil dos numerosos «pavilhões», o traçado dos «caminhões», o esboço dos palcos, tudo já se ergue ou anuncia na ondulação do terreno, enquanto largas centenas de braços voluntários prosseguem no calor dos dias e em disputa com o tempo, o compromisso da Festa.

Compromisso que anualmente se redita ao ritmo dum Partido, dum Povo e dum País. Luta velha, vasta e difícil, de que a Festa também é etapa e onde um Povo cada vez mais se identifica mergulha raízes e rasga horizontes. Por isso a Festa do «Avante!» tem crescido de ano para ano e surge, em cada nova edição, batendo os próprios recordes.

O fim-de-semana passado

foi, como todos os anteriores desde que os trabalhos começaram, mais uma jornada alargada de esforço voluntário, trazendo muitas centenas de camaradas que, aproveitando a-folga, ali vieram dar a sua contribuição mais ou menos «especializada» mas sempre decididamente generosa.

Tudo se passava como habitualmente: grupos organizados espraçando-se pelo terreno, carpinteirando aqui, escorando acolá, empunhando a picareta ou a fita métrica, escalando estruturas metálicas ou enfiando-se no solo, às voltas sempre com tarefas inadiáveis que, talvez por isso mesmo, mobilizavam entusiasmos de urgência.

«isto não pára, é um movimento pior que o Metropolitano!» considerava com jovial exagero um



camarada perto do «parque» das ferramentas, enquanto o encarregado se preparava já para nos dar uma «discriminação exacta da enorme ferramenta que por aí anda». Não era de facto um «movimento pior que o Metropolitano» — esse surgirá nos dias da Festa — mas era um movimento suficiente para mostrar o amplo recinto laboriosamente «habitado» por gente que, de uma ponta à outra, fomitava nas mais diversas tarefas.

«De Arraiolos viemos um grupo de sessenta e tal, estávamos para vir mais mas não havia transporte; isto aqui tem ainda muito que fazer e é pena não haver muitos fins-de-semana» — afirmou-nos Murteira Rechardo, da UCP «Monte da Ravasqueira», picareta em punho com alguns «dos de Arraiolos» a «alisar terreno». A terra, o labor agrícola veio imediatamente ao d e c i m a l i g a d o a preocupação de muito concretas surgidas de recentes marcações das reservas na zona. «Uma dor de alma, searas que são um mimo e o reservatório a afirmar que não quer trabalhar a herdeira. Se isto alguma vez pode ser!», Na sequência do desabafo, todavia, «os de Arraiolos» sublinhavam: «Mas isto vai, camarada, aqui e lá!».

Aqui e lá. Um todo, Povo em luta, presente no Casalinho da

Ajuda vindo do Porto ou Santarém, Vila Franca de Xira ou Algarve, mobilizado para o trabalho da Festa e atento às dificuldades deste dia-a-dia de «governo» reaccionário. Verdadeiramente uma Festa construída em luta, integrada na luta e mobilizando os lutadores.

Fui promovido

Luta que também sensibiliza a juventude. E muitos eram rapazes e raparigas semeando nos terrenos da Ajuda um suor aplicado, bem disposto. «O meu nome é Aquilino Rios, fui promovido». Promovido...?! «Sim, o outro era só Ribeiro!», «Este» Aquilino, vindo da Marinha Grande com os seus 19 anos de «solteiro e bom rapaz» andava raspando mato que depois, «logo a servir», era queimado no meio dos risos do

grupo. E muito mato já foi limpo (em frente à estrutura do Palco 1 erguia-se um monte enorme, à espera de despejo). Algum ainda há para limpar, sendo certo que, neste momento, arrancado que foi o «mato graúdo», resta uma operação de «barbear o recinto», a tal que se completa com as alegres fogueiras do Aquilino.

Muito trabalho já foi feito, mas falta ainda bastante, até ao dia da abertura. É fundamental não apenas que o entusiasmo se mantenha mas sobretudo que se alargue. Os prazos são inflexíveis e a Festa é muito, muito grande. O trabalho ainda a realizar necessita de imensa gente, como é óbvio, e é preciso termos em conta que o nosso esforço, como sublinhou o camarada Paulino Lopes Moreira, de 39 anos, trabalhando na indústria farmacêutica, «é importante para

aliviar tudo e todos, ainda que seja só dado em algumas horas».

O nosso esforço. É com ele que se ergue anualmente a Festa do «Avante!» e tem sido com ele que qualquer das realizações dos comunistas adquiriram no nosso País um perfil muito nítido de competência e capacidade. Especialmente a Festa do «Avante!», esse gigantesco empreendimento político-cultural que desde a sua primeira edição transbordou para além das margens do Partido e que com ele tem crescido, abarcando o País e o nosso Povo.

É por isso que esta Festa é também um desafio que anualmente se repete. É por isso, camaradas, que o Alto da Ajuda exige a nossa presença urgente e o nosso esforço decidido. Todos ao Alto da Ajuda, camaradas!

EP — de Aveiro e de Loures exemplos de venda militante

Desta vez é de Aveiro, no centro do País, e de Loures, mesmo ao lado de Lisboa, que as notícias nos chegam. Exemplos, entre os muitos que acabam por não vir até às páginas do «Avante!», da venda militante da EP. Setodos os muitos camaradas que

exemplarmente contribuem para que a nossa Festa seja um êxito, vendendo muitas EP's, haveria grande dificuldade em publicar os seus nomes.

Mas chegam exemplos. E os que chegam mostram bem o empenhamento que nas fileiras do Partido existe. Em todo o País,

porque a Festa trará também, de Norte a Sul, muitos milhares de visitantes ao Alto da Ajuda.

Em Aveiro, o camarada João Cruz já vendeu 50 EP's.

No concelho de Loures, o camarada José Simplicio vai à frente. Este membro da Célula da Covina, Santa

Iria, vendeu nada menos de 80 Entradas Permanentes. O camarada João Dias, por seu lado, vendeu 60. É membro da Célula da Facilma, Santa Iria. E a camarada Ludovina Ramiro, da Célula da MEC, também Santa Iria, vendeu 50 Entradas Permanentes.

Falta um mês para começar a Festa. Até lá esperamos divulgar muitos mais exemplos...

Quem tem coisas para os Pioneiros se mascararem?

Na festa do ano passado, umas das brincadeiras a que os «Pioneiros» acharam mais piada foi aquela de se mascararem, de se assim por ali improvisarem, ao sabor da sua fantasia, paródias, jogos, diversões várias. Havia, então, para o efeito, trapos velhos que se foram buscar ao fundo da arca, chapéus daqueles que já se não usam, coisas assim que ninguém tem coragem de deitar fora, a pensar, um dia, talvez, sejam ainda precisas. E com razão. Cá está o tal dia!

A Festa do «Avante!» Para que os «Pioneiros» encontrem um motivo mais para se divertirem à grande e à portuguesa.

A experiência do ano passado disse-nos, porém, que esses materiais cedo se tornam insuficientes, tal a procura que têm e o desgaste que sofrem e de aí, que se tome agora necessária uma recolha melhor para que nada falte e para que da quantidade e da variedade desses apetrechos resulte uma mascarada maior e muito mais gira ainda. Para tanto, aqui fica o apelo, sobretudo às camaradas, para que rebusquem coisas desse jeito sem jeito, lá nas malas velhas que estão na dispensa ou no

sótão e de lá pesquem tudo quanto possa servir para esse objetivo: chapéus, coletes, coisas que possam ser aproveitadas para arranjos, máscaras, fitas, laços, plásticos, coisas de estampar, coisas de espantar, lápis, aros de óculos, talvez mesmo máscaras e narizes postiços que sobejaram daquele carnaval já sem data. Por exemplo, batons velhos, usados, assim em meio e que dão para «caracterizar» os índios, os peles-vermelhas. Papel, lápis de cores, enfim, não seria possível enumerar todos os materiais que podem ser úteis, que podem dar jeito e que devem ser enviados para os diversos núcleos de Pioneiros ou para a Casa do Pioneiro, em Sete Rios, na Rua Professor Lima Bastos, 140-1.ª, Lisboa (a partir das 18 horas, de 2.ª a 6.ª feira).

Al poderão passar já por uma primeira escolha e beneficiar já de toques e retoques que os camaradas e as camaradas entendam fazer, tudo subordinado ao pretexto que se sabe: inventar máscaras para a grande festança dos «Pioneiros». Valeu?

Coisas da arca velha. Coisas do arco-da-velha!



Excursões para a Festa Centenas de autocarros já estão mobilizados!

Há quem se prepare para a Festa do «Avante!» logo que encerra a Festa do «Avante!». Combina-se com o amigo, com o vizinho, com o companheiro de trabalho: «Para o ano vamos organizar melhor a nossa vinda.» E começa-se a pensar no modo de chegar à Lisboa, de estar o mais tempo possível na festa, que é um país inteiro a visitar.

Por exemplo: E como Portugal, no fim de contas, não é um país tão pequeno como isso, debattem-se carreiras, horários, preços, excursões. Principalmente excursões. Do Minho ao Algarve, convergindo para Lisboa, traçam-se no mapa as linhas de um caminho que cada vez mais portugueses conhecem, à medida que a influência do PCP cresce no seio dos trabalhadores e dos democratas.

A um mês da Festa deste ano,

são centenas já as excursões que estão preparadas. As estradas vão de novo encher-se e o Alto da Ajuda transbordar com o entusiasmo de muitos milhares de portugueses, comunistas ou não. A despeito dos inimigos do PCP, que «garantem» diminuir o prestígio do Partido, aí estão as inúmeras excursões a desmentir. Este ano vai ser maior a Festa!

No Porto mais de 50 autocarros estão já alugados para a data marcada. De Viana do Castelo virão mais 15 — por enquanto... A DORAL anuncia que 14 autocarros subirão do Algarve até Lisboa, pelo menos! Na Beira Litoral marcarão-se 54 autocarros! E, no Alentejo, são hoje 130 as excursões que foram aprazadas. Para além de um comboio especial!

2.º SORTEIO — 15/6 — PRÉMIOS

A realizar no próximo domingo na Festa da Liberdade (no Vale do Silêncio), em Lisboa, no decorrer da qual haverá um comício com a participação de Álvaro Cunhal

- 1.º — TELEVISOR A CORES
- 2.º — ASPIRADOR
- 3.º — TREM DE ESMALTE (10 peças)
- 4.º — COLCHÃO PNEUMÁTICO P/ DORMIR
- 5.º — COLCHÃO PNEUMÁTICO P/ PRAIA
- 6.º — SACO PARA DORMIR
- 7.º — SACO PARA DORMIR
- 8.º — PAINEL DE PRESSÃO
- 9.º — MOINHO DE CAFÉ
- 10.º — BALANÇA PARA PAREDE
- 11.º a 15.º — LIVROS CDL NO VALOR DE 1000\$00
- 16.º a 20.º — LIVROS CDL NO VALOR DE 500\$00
- 21.º a 25.º — ASSINATURA DA REVISTA «VIDA SOVIÉTICA»

ALTO DA AJUDA 11, 12, 13 JULHO 1980

Programa desportivo da Festa Um balanço francamente positivo

É francamente positivo o balanço da actividade desportiva que tem vindo a decorrer no âmbito dos trabalhos de preparação e divulgação da Festa do «Avante!».

A título de exemplo, é de salientar o caso do torneio de futebol de salão: envolve já cerca de 500 equipas, num total de 5 mil atletas (aproximadamente), o que é inédito no nosso país.

Por outro lado, em vez das sete modalidades inicialmente propostas a nível central para a Festa (futebol de salão, xadrez, damas, chinquilho, malha, halterofilia e ginástica — estas duas últimas apenas com o objectivo da demonstração), temos agora 21 modalidades para o programa desportivo da maior Festa do Portugal de Abril: há também futebol de 11, basquetebol, andebol, futebol e andebol feminino, boxe, ciclismo, «xadrez ao vivo», jogo do pau, luta, judo, ténis de mesa, laranjinha e basquetebol para deficientes, não esquecendo também as largadas de pombos.

Entretanto, no passado dia 7 reuniu em Lisboa a Comissão Coordenadora Nacional para o desporto que fez o balanço

geral da actividade para a Festa.

Entretanto no Minho o torneio de futebol de salão decorre nos concelhos de Viana, Braga, Barcelos e Guimarães (num total de 20 equipas), na Beira Litoral são cinco os concelhos do distrito de Coimbra (num total de 33 equipas) em que se disputa aquele torneio. Na mesma região, a modalidade é motivo de grande entusiasmo em seis concelhos do distrito de Aveiro e num concelho do distrito de Viseu. Há também provas de xadrez em Coimbra, Aveiro e Soure; chinquilho em Ovar; malha em Coimbra e S. João da Madeira; e damas em Viseu, Espinho e Coimbra.

No distrito de Leiria o torneio de futebol de salão está a disputar-se em vários

concelhos, reunindo 20 «teams». Marinha Grande e Leiria têm igualmente torneios de xadrez e damas. Em três concelhos leitenses há jogos de malha. Uma presença quase tradicional e sempre entusiástica na Festa do «Avante!» é a do futebol feminino. Pois bem, as camaradas de Leiria enviarão este ano duas equipas de futebol de salão prontas a mostrar como se joga!

Também já para as bandas de Santarém, Festa do «Avante!» é Festa do Desporto. O torneio de futebol de salão, por exemplo, realiza-se em oito concelhos num total de 14 equipas, e quanto ao chinquilho prepara-se um boa participação.

No distrito de Lisboa os números falam por si: 186 equipas no torneio de futebol de salão e 57 no de futebol de 11. Os torneios de xadrez, damas e ténis de mesa estão a decorrer, respectivamente, em cinco sectores e concelhos, quatro sectores e concelhos e cinco concelhos. Quanto a esta última modalidade (ténis de mesa), um desses concelhos é Vila Franca de Xira com uma centena de inscritos. O chinquilho mobilizou muitos interessados nos concelhos do Norte do distrito, tendo já sido

apurada uma equipa de Sobral de Monte Agraço. Cascais e Vila Franca de Xira promovem ainda torneios de laranjinha. Entre as «ofertas» do distrito de Lisboa à Festa do «Avante!» (equipas interessadas em participar em iniciativas de competição ou demonstração nos dias da nossa Festa) contam-se: duas equipas femininas de futebol de salão dos CTT; uma equipa feminina de andebol da RN; uma equipa de judo da Azambuja; uma equipa de luta de Runa; um grupo de ginástica de Vila Franca de Xira; uma equipa de basquetebol de Loures; e duas equipas de basquetebol constituídas por deficientes. Entretanto, por iniciativa do CLL, realizou-se a «Estafeta Camões», estado em curso a preparação de uma grande prova de ciclismo.

Em Setúbal, o entusiasmo desportivo em torno da Festa do «Avante!» não é menor. No torneio de futebol de salão competem 130 equipas. Xadrez, damas e chinquilho têm também os seus torneios, respectivamente, em seis, cinco e quatro concelhos. E não falta também a sueca, com um torneio organizado pela Comissão Concelhia de Setúbal. Segundo foi revelado na reunião da Comissão

Nacional, a fase preparatória do programa desportivo da Festa no distrito mobiliza no total cerca de 10 mil pessoas. Quanto às «ofertas» de Setúbal para os dias 11, 12 e 13 de Julho é possível desde já revelar a participação de duas equipas de halterofilia (uma do Luso do Barreiro e outra de Almada), uma de judo (Palmeiras), duas equipas de ginástica de Almada, duas de Jogo do Pau (uma da Moita, outra de Lagameças — Palmeira), duas de «xadrez ao vivo» (Corrolos e Academia Almadense) e ainda duas de andebol.

No Alentejo é de destacar o torneio de futebol de salão do distrito de Évora com 43 «teams». Há 21 participantes no torneio de damas que se disputa em Estremoz e no próximo dia 28, nos ringues das piscinas de Évora, realiza-se um grande festival desportivo com atletismo, andebol feminino e a final do torneio de futebol de salão com os apurados de Portalegre e Beja. O Alentejo tem uma equipa de basquetebol interessada em participar no programa dos dias da Festa, no Alto da Ajuda.

Está inscrita para a fase final uma equipa de futebol de salão de trabalhadores emigrantes na Suécia.



É já no próximo dia 29 (domingo) a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

Como foi amplamente divulgado nas páginas do «Avante!», a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria realiza-se este ano a 29 de Junho (faltam, portanto, poucos dias), ultrapassando-se assim o problema da coincidência da Festa com a Corrida e Marcha.

É desde já necessário reforçar o trabalho de organização em torno da iniciativa, nomeadamente quanto a excursões, inscrição de atletas, etc.

A Corrida e Marcha — cujo Regulamento já aqui publicámos e que nos aspectos essenciais é comum ao dos anos anteriores — realiza-se em Belém, na zona da Torre, estando incluída num programa mais vasto, com festa popular e convívio.

Como forma de divulgar e preparar o programa desportivo da Festa do «Avante!», diversas organizações levam a cabo provas de atletismo abertas a todos os interessados. Assim acontecerá no próximo dia 26 na cidade do Porto, no dia 29 em Coimbra e no dia 6 de Julho entre a Baixa da Banheira e Alhos Vedros (junto ao Parque Infantil).

Entretanto, no passado domingo, em Lisboa (na Praça do Império, em Belém) realizou-se uma estafeta popular, intitulada «IV Centenário da Morte de Camões». A iniciativa pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP e reuniu 30 equipas.

Como forma de divulgar e preparar o programa desportivo da Festa do «Avante!», diversas organizações levam a cabo provas de atletismo abertas a todos os interessados. Assim acontecerá no próximo dia 26 na cidade do Porto, no dia 29 em Coimbra e no dia 6 de Julho entre a Baixa da Banheira e Alhos Vedros (junto ao Parque Infantil).

Entretanto, no passado domingo, em Lisboa (na Praça do Império, em Belém) realizou-se uma estafeta popular, intitulada «IV Centenário da Morte de Camões». A iniciativa pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP e reuniu 30 equipas.

Entretanto, no passado domingo, em Lisboa (na Praça do Império, em Belém) realizou-se uma estafeta popular, intitulada «IV Centenário da Morte de Camões». A iniciativa pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP e reuniu 30 equipas.

Entretanto, no passado domingo, em Lisboa (na Praça do Império, em Belém) realizou-se uma estafeta popular, intitulada «IV Centenário da Morte de Camões». A iniciativa pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP e reuniu 30 equipas.

Breves ● Breves ● Breves

Futebol

Realiza-se amanhã, às 17 horas, no Estádio Nacional (campo de treinos) a final do Torneio de Futebol (11) «Liberdade 25 de Abril», que foi promovido pelo Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP no âmbito das jornadas de divulgação do programa desportivo da Festa do «Avante!». O torneio reuniu 17 equipas e à final chegaram o Borussia FC do Alto e a EPI. No acto de entrega dos prémios estará presente um

camarada do Comité Central do Partido.

Anteontem realizou-se, por iniciativa das camaradas e amigos do concelho de Loures, um grande festival desportivo no campo do Sacavenense com a realização de encontros de futebol juvenil e senior. Neste último escalão jogaram os «teams» dos Unidos do Catujal e da União Desportiva de Odivelas.

A primeira jornada eliminatória do torneio de futebol de 5 que se disputa em Soure, com equipas de

Figueiró do Campo, Castel Cimeiro, Belide, Castel S. Pedro, Condeixa e Atadão, assistiram cerca de 400 pessoas, principalmente jovens.

Xadrez

A 5.ª e 6.ª sessões da fase local de Lisboa do Torneio de Xadrez da Festa do «Avante!» realizam-se amanhã no CT de S. Bernardo, à Estrela. As sessões são semi-rápidas de 30 minutos. O torneio apurará quatro xadrezistas para a fase distrital.

Os agrários têm boas razões para agradecerem ao Governo

Bem podem os agrários agradecer a Sá Carneiro e Freitas do Amaral os benefícios obtidos. Com efeito não se trata apenas da oferta de terras, gados, máquinas e frutos aos agrários. As terras ofertadas são sempre as melhores, quase todas beneficiadas pelo esforço e dinheiro dos trabalhadores agrícolas, que a muito custo transformaram terrenos de cultura praganosa em terras de regadio, muito mais valorizadas e com rendimento muito maior.

O mesmo sucede em relação às máquinas e aos gados. Os tractores e alfaias que os agrários deixaram estavam velhos, podres, incapazes de trabalhar em condições. Mas recebem maquinaria nova comprada em virtude da poupança que os trabalhadores agrícolas fizeram para possuírem melhores meios de produção.

Ouro tanto quanto ao gado. As vacas abandonadas com brucelose, quase a morrer de fome ou

atacadas por outras doenças são agora substituídas por animais bem alimentados e bem tratados que, logo vendidos, rendem bom dinheiro a quem deles não cuidou.

As terras abandonadas, encontram-se agora a produzir. Os sobrelhos e as oliveiras deixaram de estar entregues ao sabor da natureza e, bem cuidados, produzem hoje o dobro ou o triplo do que normalmente davam no tempo em que a terra não era explorada pelos agrários.

Por tudo isto os agrários não podem deixar de agradecer, reverentes, as ofertas recebidas e que não são poucas.

Entretanto, as ilegalidades do MAP que para o efeito requisita os efectivos da GNR, prosseguem descaradamente. Tudo é permitido: desde ignorar os acordos do Supremo Tribunal Administrativo, até aos inventários forçados. Vale tudo, e quanto mais depressa melhor, que as esperanças da "AD" voltar a ser Governo

reduzem-se mais cada dia que passa.

Detenções e absolvições

Enquanto o MAP estabelece um subsídio especial diário de 300\$00 para os seus funcionários que exercendo a actividade, permanecem "no campo por um período mínimo de quatro horas contínuas", continua contudo a ignorar a sorte daqueles que trabalhando horas a fio na terra, à chuva e ao frio, para aumentarem a produção, são depois atirados para o desemprego por aqueles mesmos funcionários do MAP que, escotados por bandos de agrários e elementos da GNR, às vezes até fazem mais do quatro horas seguidas no campo durante a entrega de uma reserva.

Mas o que impressiona mais neste Portugal que renasceu para a vida democrática é o desrespeito total que o Governo demonstra pelas resoluções judiciais.

Por diversas vezes, trabalhadores agrícolas têm sido

detidos por elementos da GNR quando se encontravam a tratar ou a recolher os frutos pendentes — actividade que a própria Lei lhes reconhece — e depois de apresentados ao Tribunal são por este absolvidos e "mandados em paz" por não haver prova de transgressão no que praticaram.

Não convence este argumento legal ao MAP que logo a seguir manda a GNR proceder a idênticas detenções, para de novo o Tribunal proferir a absolvição. E cenas destas voltam a repetir-se vezes sem conta, como sucede na UCP "Evaristo Gago", de Grândola, na UCP "Sesmaria e Vale de Balsa", em Canha, ou na UCP "1.º de Maio" na Gâmbia, para apenas referir alguns casos, tantos eles são.

Um Governo que não respeita as leis, que não acata as decisões dos Tribunais, não é Governo, é uma ilegalidade. E pelas ilegalidades que cometeu terá que prestar contas mais tarde ou mais cedo.

Espancamentos

No passado dia 3, elementos da GNR espancaram violentamente quatro trabalhadores agrícolas da UCP "Salvador Joaquim do Pomar", os quais, juntamente com dezenas de outros trabalhadores agrícolas, protestavam contra a entrega de uma reserva ilegal demarcada naquela UCP em benefício da agrária Maria da Conceição Mexia Cabral Fialho, com 474 hectares e 77 mil pontos e outra de 254 hectares em benefício de Francisco António Banha, que requerera terra ao abrigo da Portaria 246/79, Portaria esta ilegal e inconstitucional.

Mas apesar da repressão e dos espancamentos os trabalhadores agrícolas continuam a não vacilar na defesa dos seus postos de trabalho e têm a certeza de que não muito tarde as terras roubadas serão recuperadas. E não é gratuitamente que gritam: "A luta continua!"

Jovens agricultores

Porque o ofício de agricultor não é um mar-de-rosas e os problemas continuam a não ser resolvidos, apesar das promessas de "banhada-cobra" feitas na campanha eleitoral pela "AD", reuniram-se nos meados de Maio, em Mirandela, as delegações do Movimento de Jovens Agricultores de Trás-os-Montes (MOJAT) e da Juventude Agrária e Rural Católica (JARC).

No encontro foram abordados alguns dos principais problemas que afectam os jovens agricultores e as suas reivindicações mais sentidas no imediato, que são:

- subsídio de 2000\$00 mensais, para o jovem agricultor a partir dos 14 anos;
- subsídio de instalação no montante de 300 000\$00;
- apoio do Estado ao desenvolvimento da agricultura na região de Trás-os-Montes;
- por último, criação de condições que permitam o acesso do jovem agricultor ao ensino.

Otelo, a FUP, os GDUP's, etc. etc.

Nas suas previsões eleitorais a reacção conta sempre com o papel que os esquerdistas jogam no plano eleitoral.

Na realidade, tornou-se uma constante o ressurgimento e reactivação de grupos, grupelhos e grupúsculos "ultra-revolucionários" nas curvas difíceis do processo ou nas épocas eleitorais.

O seu objectivo é sempre o de confundir e dividir as massas populares, ou seja, o de facilitar a vida à reacção, desempenhando o papel que ela não está em condições de desempenhar.

Nas últimas eleições, por exemplo, a dispersão de votos esquerdistas, impediu a eleição de 5 deputados da APU, ganhos pela AD.

Dai que as forças reacçãoárias, e até o PS, imanados pelo desejo comum de "travar" o PCP e as forças aglutinadas na APU, promovam e tanto destaque dêem a essas manobras divisionistas.

Se analisarmos, por exemplo, o papel que Otelo (a quem "O Dia" dá honras de 1.ª página e o "Portugal Hoje" concede as suas colunas) tem desempenhado no desenrolar do nosso processo revolucionário, não poderemos deixar de constatar que as suas posições radicalistas e aparentemente "revolucionárias" traduzem-se em fretes para a direita e em divisões e desencantos para as massas populares.

Quando hoje Otelo quase se intitula «pai» da Reforma Agrária, só nos faltando ouvir dizer que ele sozinho a fez, convém lembrar que em Agosto de 1975, quando comandante do COPCON, mandava reprimir os trabalhadores a quem acusava de «desvios» e de fazerem «ocupações selvagens»;

Quando hoje ataca o 25 de Novembro, procura esconder o escarnecer as posições que então tomou e que levaram a fracturas e divisões no seio do MFA e do movimento popular de massas, ajudando aos acontecimentos que então se verificaram;

Quando hoje se pretende apresentar como um consequente defensor dos trabalhadores não se pode deixar de invocar a carta aberta que em 1975 escreveu ao general Vasco Gonçalves, comparando-o a Salazar e reclamando a sua demissão...

Quando hoje se insurge contra a política do actual Governo, talvez fosse conveniente lembrar-lhe que ele próprio, em confidências que não desmentiu a um seu entrevistador, afirmou preferir um governo do PPD a um governo do PCP.

Tentar dividir e semear divisões é, desde há muito, objectivo de seu papel.

Tal como sucedeu com a criação dos GDUP's em 1976, e posteriormente com a criação da OUT, a FUP aparecia como a panaceia milagrosa!

Os GDUP's há muito que desapareceram. A OUT é uma miragem que ninguém vê. A FUP teve uma efémera vida que não foi além de mês e meio.

Foi, no entanto, no acto da assinatura do acordo das várias organizações ou grupúsculos para a criação da FUP que o ideólogo Otelo afirmou: «Apesar de só a História o poder dizer daqui a muitos anos, considero este dia histórico, pois é a primeira vez que antes ou depois do 25 de Abril, forças, organizações, ou associações políticas pertencentes à área da esquerda revolucionária, ultrapassam as suas divergências, e algumas profundas, para criar uma verdadeira unidade de intenções e propósitos».

Curta visão histórica a deste pretendo caudillo político: da FUP não falará a História e mês e meio bastou para se ver o destino que levou a «verdadeira unidade de intenções e propósitos» e para esclarecer o tipo de unidade que os pseudo-revolucionários preconizam para as massas.

Ainda hoje não sabemos ao certo a que se deveu tão repentina dissolução, até porque as próprias organizações que compunham a chamada FUP têm dificuldades em explicar.

Sabemos, contudo, que Otelo, tal como qualquer caudillo que se preza, não aceita partilhar poderes, não reconhece partidos, não quer organizações, contesta eleições. Se joga no plano eleitoral ou é para poder falar de si, ou é para poder colaborar no papel, esse sim histórico, que certos aventureiros esquerdistas jogam em todos os processos revolucionários.

Sabemos também que organizações dentro da FUP não se quiseram demarcar das chamadas «Forças Populares 25 de Abril», o que terá levado à demissão das outras, nomeadamente da UDP que atribui a rotura na FUP à tentativa de hegemonização dos seus órgãos dirigentes por parte do PRP-OUT, considerando como uma «tendência radical, sectária e aventureira e, portanto, adversária de uma orientação unitária e consequentemente revolucionária».

Efectivamente, não se pode dizer que se defenda a unidade e fazer-se alianças com grupos e grupinhos que promovam a divisão; não se pode dizer que se pretende entendimentos e acordos entre as várias organizações de esquerda com vistas a uma solução democrática e continuar a lançar consignas ao vento e a semear perigosas ilusões nas massas trabalhadoras; não se pode dizer que se defende os interesses dos trabalhadores e ao mesmo tempo atacar o PCP e as forças aglutinadas na APU.

O PCP-APU não são, sozinhos, uma alternativa de Poder, mas não há alternativa democrática possível sem a participação ou o apoio do PCP.

O PCP luta por uma alternativa democrática que possa ser apoiada por todas as forças e sectores que se identificam com os ideais e conquistas de Abril.

Se o PS e outros sectores democráticos continuam a recusar acordos ou entendimentos, mesmo parciais, com o PCP-APU, isso significa que essas forças não querem participar na busca de entendimentos que possibilitem uma larga frente de alternativa democrática.

A APU, só por si, não é alternativa mas, ante a posição do PS e de outras forças, o PCP e a APU são a mais sólida e forte força democrática de esquerda, são a única força que está em condições de inspirar a necessária confiança política para congregar à sua volta outras forças, sectores e tendências capazes de assegurar o constituir a base fundamental para uma real e efectiva alternativa democrática.

Não há alternativa democrática possível se não tiver a participação e apoio da APU. Apoiar e votar amanhã na APU, aumentar o número de deputados a eleger pela APU, é a condição essencial que poderá tornar viável uma alternativa democrática com a formação de um governo que tenha a participação ou o apoio de forças e sectores democráticos amplamente representativos.

(Oktávio Pato, em Benfca, no passado domingo)

Do Alentejo para S. Bento em defesa da Reforma Agrária

Porque a Reforma Agrária também se defende em Lisboa, eis a razão da concentração que as Câmaras Municipais dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal realizam hoje, pelas 15 horas, frente ao Palácio de S. Bento.

Com esta movimentação pública, os órgãos autárquicos procuram ver transmitida à Assembleia da República a frontal discordância pela situação criada pelas medidas governamentais na zona de intervenção da Reforma Agrária.

Nesse mesmo dia, uma delegação das autarquias dos quatro distritos presentes diligenciará no sentido de se encontrar com representantes dos outros órgãos de soberania.

Tem por objectivo o encontro informar sobre o clima de grande inquietação e descontentamento em que vivem as populações da região face à forma como se está a processar as entregas de reservas de terras.

Entregas de reservas essas que nem sequer respeitam no mínimo a «Lei Barreto» e muito menos acatam as decisões judiciais. Um Governo que assim procede não é um Governo, é uma ilegalidade. Tarde ou cedo terá de prestar contas pelos excessos cometidos.

E a Reforma Agrária sairá vitoriosa. A jornada de hoje é mais uma etapa para esse dia que se avizinha!

Quem ganhou com a recusa de exportar vinho para a URSS?

No fim deste ano, quanto terminar a vindima, os vinicultores portugueses ver-se-ão, possivelmente, a braços a fim de poderem armazenar toda a produção.

Isto porque o ano anterior — de grande produção — permitiu refazer as reservas e levantar mesmo problemas de armazenamento. Entretanto, prevê-se que a colheita deste ano será igualmente feita o que irá agravar as soluções para guardar o vinho. Em contrapartida, o escoamento tem sido fraco.

Ainda recentemente, a Junta Nacional dos Vinhos, onde preside um homem da CAP, Tomás Correia, impediu a venda

de 800 mil hectolitros de vinho branco para a União Soviética. Sabendo-se que em 1979 a produção nacional foi de 14 milhões de hectolitros e o consumo interno ronda os 5,5 milhões, sobram pois mais de 8 milhões de hectolitros, 60% dos quais são de vinho branco.

Com base nestes números verifica-se que havia disponíveis 4,5 milhões de hectolitros de vinho branco para exportar. A decisão de não efectuar a venda — a Espanha viria a ser a fornecedora da União Soviética daquele quantitativo — tudo leva a crer, tem objectivos precisos.

Com a próxima colheita, os

vinicultores não foram e o País muito menos, que se viu assim impedido de receber um quantitativo de divisas.

Mas os intermediários e especuladores não deixaram de ter os seus lucros quando este ano, face às dificuldades dos vinicultores em armazenarem o seu vinho, compraram a baixo preço para açambarcarem e depois venderam o produto a bom preço, quando ele faltar no mercado.

Aguardemos (aguardar é uma forma de dizer...) que nessa altura já o Governo seja outro.

Festas de Benfca

O camarada Oktávio Pato participou, no passado Domingo, no comício com que culminaram as «Festas de Benfca» nesse dia, realizadas no Jardim Francisco Ludovico junto ao Parque Desportivo do Futebol Benfca, promovidas pelo PCP

é integradas no conjunto de iniciativas a que foi dado o nome de «Festas de Benfca» de Abril.

As festas começaram logo pela manhã, com alvorada de foguetes, seguidas de iniciativas dedicadas às crianças, com um espectáculo musical,

Transportes no Porto: APU apresenta soluções

Quando se utiliza um autocarro ou um eléctrico, as primeiras preocupações são: "nunca mais chega" ou então "vem cheio, tenho de esperar pelo próximo". Mas no domínio dos transportes públicos urbanos os problemas são mais vastos, precisam de ser bem analisados, bem estudados, a fim de que os transportes públicos sirvam para o fim para que foram criados: transportar com eficiência e comodidade os cidadãos.

Isso mesmo procurou a APU com o encontro "Os transportes em debate" que promoveu na cidade do Porto, no passado dia 7, e durante o qual a circulação urbana naquela cidade noroeste foi amplamente discutida.

Durante os debates numerosas contribuições parcelares foram feitas referentes a carreiras, horários, lotações, abrigos para passageiros, estado impróprio das vias de circulação, etc., enfim, uma panorâmica do que se vive no Porto e arredores no que diz respeito aos transportes urbanos e suburbanos.

No documento final salienta-se que após 1976 (durante o fascismo verificara-se o incremento, no Grande Porto, do transporte privado em detrimento do transporte público que servia

a maioria da população mas não garantia lucros imediatos e elevados) a política de recuperação capitalista agravada ao extremo pelo actual Governo da "AD" impediu o desenvolvimento das conquistas de Abril no domínio dos transportes em favor das populações e do desenvolvimento regional".

Afluxo e deficiências

Na zona do Grande Porto — refere o documento citado — concentra-se uma população de mais de 1 milhão de habitantes numa área de 550 Km². O desenvolvimento desigual da região provoca um afluxo diário de milhares de cidadãos para a cidade do Porto. Na hora de ponta da manhã convergem sobre a cidade no tráfego rodoviário 17 000 veículos individuais e 600 colectivos por hora. À mesma hora, numa contagem de tráfego efectuada em 1978, convergiam para a cidade cerca de 21 mil passageiros transportados pelos STCP, cerca de 13 mil transportados por operadores privados, mais 22 mil em

transportes individuais privados. Do centro para a periferia dispersavam, à mesma hora, cerca de 30 mil passageiros.

No entanto, numa zona com tal densidade populacional e tais fluxos de circulação, onde o preço da habitação obriga cada vez mais a viver para as zonas periféricas, os transportes deveriam ser um elemento essencial da actividade económica e social.

Não é isto que se passa:

- A rede rodoviária é manifestamente insatisfatória, antiquada e degradada; não existem vias de acesso rápido nem vias de escoamento.
- A rede de transportes colectivos é extremamente insuficiente, orientada quase em exclusivo segundo os eixos de convergência para a cidade, sem linhas transversais nos vários concelhos.
- Os horários são manifestamente inadequados às necessidades das populações; o tempo gasto nos transportes pela população trabalhadora alonga extremamente a jornada de trabalho, com manifesto prejuízo do direito ao repouso e da satisfação de necessidades sociais e culturais.

- O custo dos transportes — individuais e colectivos — é constantemente agravado e entretanto o actual governo prometeu já, pelo Ministro dos Transportes novos aumentos das tarifas, e pelo Ministro das Finanças novos aumentos dos combustíveis.

- O centro do Porto encontra-se congestionado e a circulação na cidade é desordenada; existem na parte central da cidade 6 500 postos de estacionamento; o parque automóvel é de 64 mil veículos ligeiros no Porto / cidade e 135 mil no Grande Porto; são insuficientes as zonas reservadas à circulação de transportes públicos;

- é insuficiente a cobertura da zona urbana pela rede de transportes públicos.

- Não está minimamente definida uma política regional ou local de transportes; não há estudos de conjunto sobre os meios; não há qualquer coordenação entre as várias câmaras municipais do Grande Porto no domínio dos transportes; não há qualquer coordenação entre os diferentes meios de transportes públicos — ferroviários e rodoviários

- nem entre os transportes suburbanos e urbanos.

Impõe-se um conjunto de medidas

Salientando o papel necessário que as autarquias devem ter na resolução do problema e frisando que têm de estar todos os operadores, privados e públicos, subordinados a interesses e objectivos sociais e não ao critério do maior lucro, pois não faz sentido que, em nome da rentabilidade das empresas o Governo "AD" pretenda normalizar os prejuízos inevitáveis de um serviço público à custa da bolsa dos utentes, impondo aumentos nas tarifas, bem como não faz sentido nem é admissível que, em nome da iniciativa privada e de atribuição de áreas de concessão a operadores privados, as populações se vejam privadas de carreiras que as empresas entendem não ser rentáveis mas que são imprescindíveis, ou que paguem tarifas excessivas sem que os poderes públicos e as autarquias encarem a situação e criem alternativas".

Comissões de Moradores reunidas em Lisboa

Em relação às medidas que se impõem sejam tomadas, o Encontro apontou as seguintes:

- Revisão da rede de carreiras de transporte cobrindo de forma mais completa as necessidades locais.
- Horários nocturnos eficientes que possibilitem o acesso ao ensino nocturno, à actividade associativa, cultural, sindical e à ocupação dos tempos livres.
- Criação de carreiras directas em trajectos de médio curso, sobretudo nas horas de ponta.
- Implantação de abrigos, melhoramento das vias.
- E a criação de um verdadeiro passe social e intermodal, por forma a abranger diferentes camadas sociais e específicas, designadamente estudantes, trabalhadores e reformados e de forma a possibilitar às populações a utilização do conjunto de meios de transporte disponíveis na área do Grande Porto.
- No final do Encontro interveio o camarada Ângelo Velloso, membro da Comissão Política do CC do PCP que, para além duma análise da situação política, focou nomeadamente a capacidade política da APU em iniciativas de dimensão e importância deste Encontro sobre transportes.

As Comissões de Moradores deverão lutar no sentido de se verem representadas nos Conselhos Municipais, foi uma das conclusões aprovadas no final do Encontro das Comissões de Moradores do Distrito de Lisboa, que decorreu durante o passado domingo nas instalações da «Voz do Operário».

Estiveram presentes representantes de 100 Comissões de Moradores do Distrito, com particular relevo para as Comissões de Moradores do concelho de Sobral de Monte Agraço, onde, em pouco mais de meio ano, após as recentes eleições para as autarquias locais, se constituiram naquele concelho 32 Comissões de Moradores que mantêm uma actividade regular. Esta a prova evidente de que onde as forças democráticas são eleitas, os órgãos de representação popular têm possibilidade de surgir e actuar em defesa dos interesses das populações.

Estiveram ainda presentes no Encontro, promovido pela Comissão Coordenadora distrital provisória, membros de oito pré-Comissões de Moradores, cinco conselhos de moradores de freguesias, sete comissões coordenadoras concelhias e representantes de cerca de 40 organizações e autarquias convidadas, bem como de associações de infância, de terceira idade, Inquilinos Lisboenses, cooperativas de habitação, colectividades e delegadas concelhias do MDM.

Após a eleição da Comissão Coordenadora Distrital, cuja composição esteve trêes representantes por cada coordenadora concelhia, foram aprovadas as conclusões do Encontro.

Nesse documento se estabelece o funcionamento regular das Comissões de Moradores, as quais devem reunir-se, de 15 em 15 dias, nos termos constitucionais.

A promoção de uma ligação cada vez melhor com as autarquias é também expresso, salientando-se que as Comissões de Moradores deverão reunir regularmente, e em particular, com as Juntas de Freguesia. Aliás, no Encontro, das exposições feitas infere-se que nos casos onde existe uma efectiva ligação entre as autarquias e as Comissões de Moradores os resultados têm sido profícuos.

Sobre o trabalho desenvolvido pelas Comissões de Moradores foi dito que desde a sua criação existem já dados que permitem concluir que o mesmo excedeu todas as expectativas.

Sobre isto foi salientado ainda que em cinco concelhos do distrito de Lisboa se realizaram até agora mais de mil obras e melhoramentos, com a participação gratuita e militante das populações. Numa estimativa aproximada, o valor da mão-de-obra empregue nestes casos ascende a mais de 300 000 contos.

Este dado é pois argumento suficiente para que as Comissões de Moradores continuem e se desenvolvam, objectivo principal que levou ao Encontro os representantes de 100 Comissões de Moradores de dez concelhos do distrito de Lisboa.

A VOZ do «Povo Unido» nos Açores

A presença de eleitos do Povo Unido em órgãos autárquicos dos Açores está a revelar-se incómoda para o poder do PPD porque leva a voz dos eleitores às Assembleias Municipais, criticando o modo como o poder se exerce, apresentando propostas construtivas, desmascarando a falta de interesse que os caciques revelam quando se lhes fala em defender os interesses das populações pelas quais foram eleitos.

Aconteceu no concelho de Nordeste, em S. Miguel, na sessão de 23 de Abril da Assembleia Municipal o eleito da Aliança Povo Unido apresentou uma série de propostas — sobre a paragem das obras de uma escola, sobre a alteração ao Regimento da Assembleia, sobre o mau funcio-



namento do abastecimento de energia eléctrica, sobre arrendamento rural, entre outras questões. Nenhuma das propostas foi sequer discutida e muito menos votada. Protestando contra a forma autoritária e não democrática como decorriam os trabalhos do órgão autárquico, o eleito APU abandonou a sessão, acompanhado por alguns elementos do PS e mesmo do PPD. Voltaremos a insistir — afirma entretanto um comunicado editado pela Coordenadora da APU — Nordeste.

Recomendações e perguntas

Nem sempre porém as Assembleias funcionam a toque de caixa do caciquismo. Exemplo do que

afirmamos foi a reunião da Assembleia Municipal de São Roque, ilha do Pico. O eleito da APU fez no passado dia 16 de Abril uma proposta aprovada por maioria absoluta e pediu esclarecimentos ao Executivo sobre problemas locais referentes às freguesias de Santo Amaro e Prainha do Norte.

A proposta, depois de considerada deficiente os caminhos — estradas vicinais ou caminhos de penetração — ou mesmo não existentes em casos de necessidade para a actividade da população, recomenda e exige do executivo do concelho que exponha rapida-

mente ao Governo Regional ou à Secretaria competente a conclusão de tais caminhos e redes de acesso que garantam às populações a satisfação dos seus legítimos interesses.

O membro eleito pelo Povo Unido pediu depois esclarecimentos ao executivo do conselho sobre a solução das deficientes condições de abastecimento de água a parte da Freguesia de Prainha, incluindo a seguir sobre a data prevista para a construção do novo edifício escolar da Prainha do Norte e colocando questões relativas às suas instalações.

Madeira: Quem tem medo da APU?

"Só quem não tem a consciência tranquila pode recer a verdade e o desmascaramento" — afirmou-se na Conferência de Imprensa que a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira, DORAM, deu no passado dia 27 de Maio passado.

A Conferência de Imprensa abordou questões relacionadas com o Estatuto Político-Administrativo da Região — que veio a ser aprovado na Assembleia da República onde mereceu fortes críticas do grupo parlamentar comunista — e denunciou as calúnias que, por motivos partidários e sectários, tanto o PPD como a UDP, lançaram sobre o Projecto comunista de Estatuto para a Região Autónoma da Madeira.

Pode perguntar-se porquê

tanto medo tem o PPD e a UDP de o nosso Partido eleger deputados à Assembleia Regional — questiona o documento distribuído na Conferência de Imprensa. E continua:

O exemplo da Assembleia Municipal do Funchal é bem evidente. Durante três anos o PS e a UDP estiveram na Assembleia e não disseram uma única palavra pública. Só com a eleição de elementos da APU é que a população do Funchal começou a saber de todas as grandes manobras e negociações. Se não fosse a APU tudo continuava na mesma. E o mesmo se passa em relação à Assembleia Regional. Será uma garantia para os madeirenses ter deputados APU na Assembleia regional.

Luta pelo Pão, pela Paz e pela Democracia".

O objectivo central do Encontro é realizar um amplo debate sobre os problemas que mais afectam as mulheres da região, desde a corticeira de Vila da Féira, à empalhadeira de garrafas da Figueira da Foz, da professora primária de uma aldeia à mulher que trabalha a terra de sol a sol, contribuindo assim para uma maior participação da mulher em todos os aspectos da vida do país.

Trabalhadoras, donas de casa, intelectuais, agricultoras, integram uma ampla comissão de que fazem parte mulheres dos distritos de Viseu, Coimbra e Aveiro, e que vai promover, no próximo dia 22 do corrente, no Anfitrião de Química da Universidade de Coimbra, o 1.º Encontro Unitário de Mulheres da Beira Litoral.

Dois grandes temas vão ser debatidos: "A Mulher no Portugal de 25 de Abril" e "A Mulher na

1.º Encontro Unitário de Mulheres da Beira Litoral

URSS: tudo a postos para a Olimpíada-80 (1)



A realização dos Jogos Olímpicos é sempre um acontecimento da maior importância e significado a nível internacional, não só pelo fenómeno desportivo em si, como pelo vasto campo de intercâmbio, contacto e amizade entre milhares de atletas e outros representantes de elevado número de países.

A próxima Olimpíada, cuja capital será Moscovo, ultrapassa, entretanto, aquela amplitude. E isto porque o imperialismo e as forças que no mundo se opõem à causa da paz, do desanuiamento e da cooperação entre os povos apostaram forte no boicote aos Jogos de Moscovo, invocando "argumentos" que nada têm a ver com o espírito olímpico e o desporto.

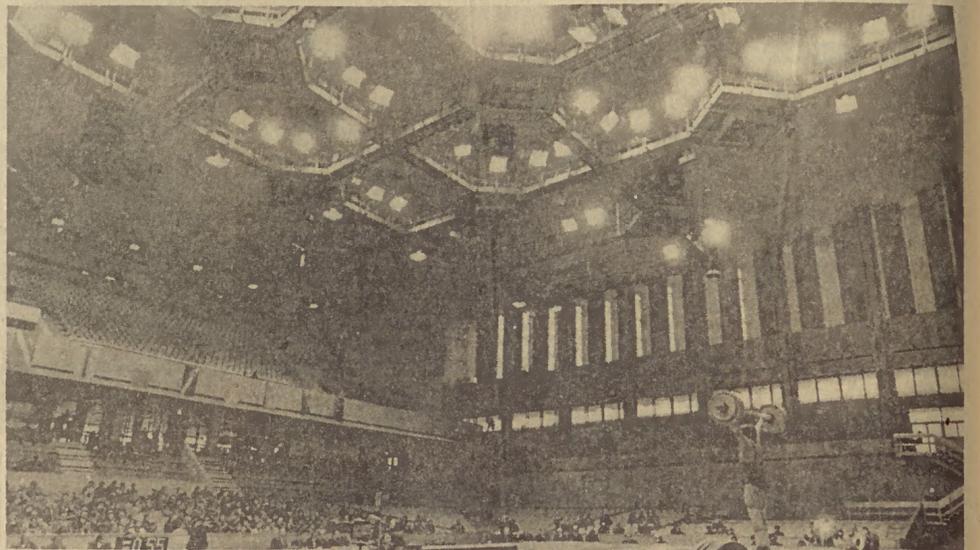
As manobras imperialistas caíram por terra, como bem o demonstra o número de países que confirmaram a sua presença na Olimpíada e o vasto movimento de opinião que em praticamente todo o Mundo se pronunciou em defesa do ideal olímpico e em apoio ao esforço dos atletas que durante quatro anos (ou mais) prepararam a sua participação nas competições olímpicas.

Mais do que nunca está bem patente e denunciado o objectivo número um da administração Carter: tentar por todos os meios impedir o êxito da Olimpíada, que se realiza pela primeira vez numa nação socialista - a URSS, que adaptou e ergueu um impressionante conjunto de estruturas para todos os participantes nos Jogos, as quais, a par da hospitalidade e entusiasmo do povo soviético, asseguram desde já a perspectiva de um grande êxito para

Por JOSÉ PAULO OLIVEIRA
nosso enviado especial

a 22.ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

O "Avante!" esteve em Moscovo, falou com altos responsáveis desportivos, visitou as principais estruturas que acolherão a Olimpíada-80 e publica hoje a primeira de uma série de reportagens que, pensamos, poderão responder a algumas questões e dúvidas dos nossos leitores sobre a grande realização desportiva.



O ginásio polivalente em Izmálovo (Moscovo), onde decorrerão as provas olímpicas de halterofilia. Na foto, uma sessão de treino. Esta interessante construção (veja-se, por exemplo, a colocação das luzes no tecto) irá, após a Olimpíada, ampliar o conjunto de instalações desportivas do Instituto de Cultura Física de Moscovo

Um trabalho gigantesco apontado ao futuro

entrevista com A. E. Starodoub, chefe dos serviços de Imprensa do Comité Organizador

No n.º 22 da Avenida Gorky, na zona central da cidade de Moscovo, funciona o Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de 1980. Ali tivemos oportunidade de contactar Allan E. Starodoub, chefe dos serviços de Imprensa daquele organismo, que acompanha de perto tudo o que diz respeito à Olimpíada e que manteve conosco um longo e interessante diálogo, cujos aspectos fundamentais aqui reproduzimos.

A primeira questão que lhe colocámos refere-se ao apoio e participação do povo soviético nos trabalhos preparatórios de Olimpíada-80:

«Muito há para dizer sobre o entusiasmo e o trabalho dos soviéticos na edificação dos Jogos Olímpicos. Tomemos o caso de juventude. Nos últimos anos, milhares de jovens participaram activamente na construção de pavilhões e outras instalações desportivas destinadas à população jovem de estabelecimentos escolares, fábricas e empresas diversas. Trata-se de uma grande ajuda, pois o «suporte» dos Jogos Olímpicos está intimamente ligado a uma preocupação no nosso país: intensificar o desporto e a cultura física do massas e chamar a este sector um número cada vez maior de cidadãos, o que temos vindo a conseguir. A grande vitória desportiva por que lutamos significa criar um desporto de massas e não uma simples corrida às medalhas. E não é exagero afirmar-se que é já significativo, entre nós, entre o povo soviético, um vivo espírito olímpico, de adesão massiva aos ideais nobres da prática desportiva e da aproximação entre todos os povos através do desporto.

«Em torno do Komsomol Leninista, milhares de jovens colaboraram de forma directa nas construções olímpicas, nomeadamente com muitas horas de trabalho voluntário, numa actividade intensa e entusiástica que desde bem cedo deu os seus frutos. No início de 1978, só em Moscovo, mais de 12 mil jovens voluntários participaram nas brigadas de trabalho para a Olimpíada.

«Exemplos significativos que ilustram a adesão da juventude soviética ao grande acontecimento desportivo não faltam. Ainda recentemente, um grupo de

estudantes que tomaram parte numa jornada de trabalho numa cooperativa trouxeram ao Comité Organizador a ajuda financeira de 100 rublos. Outro exemplo: os estudantes do Instituto de Economia Nacional «Plekhanov», de Moscovo, dedicaram formar uma brigada de mais de 300 elementos, que durante os Jogos trabalharão como vendedores e prestarão ainda apoio às delegações estrangeiras.

«Que o Sol brilhe sempre»

«Claro que não é só a juventude que apóia a Olimpíada. Habitantes de muitas aldeias e cidades, de toda a União Soviética escreveram cartas ao Comité Organizador onde exprimem o seu incondicional apoio à realização dos Jogos na Pátria de Lênine, ao mesmo tempo que exprimem a sua vontade de contribuir com tudo o que estiver ao seu alcance para o pleno êxito dos trabalhos preparatórios.

«Muitos soviéticos deram milhares de horas de trabalho voluntário nas construções olímpicas, designadamente na Aldeia Olímpica, em Moscovo, sendo ainda de destacar as contribuições financeiras, individuais e colectivas (conta n.º 700616 do Banco de Estado da URSS).

«Recentemente, o Comité Organizador recebeu uma carta com 50 rublos, enviada por uma reformada, apenas com cinco palavras: «Que o Sol brilhe sempre». É evidente que a Olimpíada não está dependente dos donativos generosamente oferecidos pelos soviéticos. Há um fundo próprio estipulado pelo Estado para as despesas com a Olimpíada. Mas o exemplo daquelas dádivas é significativo».

Responder às necessidades dos cidadãos

Após os Jogos, que utilização será dada às instalações olímpicas?

«A primeira ideia que é preciso desde já ter em conta é que a grande maioria das novas construções para a Olimpíada seriam efectuadas mesmo que

a URSS não fosse o país organizador dos Jogos. Em vários casos, a Olimpíada fez com que essas estruturas se concretizassem mais rapidamente.

«A preocupação fundamental é responder às necessidades das populações. Neste contexto temos o exemplo triste de Munique e Montreal. Grande parte das construções olímpicas que ali se realizaram continuam até aos nossos dias sem vida, sem utilização, sem proporcionarem benefícios aos povos daqueles países.

«Entre nós, isto será diferente. Vejamos o caso da cidade de Moscovo. As instalações olímpicas fazem parte do seu plano de desenvolvimento. Após os Jogos, a Aldeia Olímpica será um novo bairro residencial e receberá 15 mil moscovitas. Na escolha do local teve-se em consideração dois aspectos: a cidade foi dividida em sete zonas (mais de um milhão de habitantes em cada) e estudou-se, assim, a melhor localização geográfica do novo bairro; por outro lado, não se esqueceu a distância entre a Aldeia Olímpica e os locais de competição. Digamos, a propósito, que a maior distância que os atletas terão de fazer (em transporte rápido e eficiente) é de 30 a 40 minutos, o que, comparando com edições anteriores da Olimpíada, representa um assinalável êxito de organização e apoio aos atletas.

«Falávamos da utilização que a comunidade moscovita fará das instalações desportivas para a Olimpíada e podemos ainda apontar, a título de exemplo, o Centro de Imprensa para os Jogos, cujo edifício servirá depois como sede da agência noticiosa «Novosti», da União dos Jornalistas Soviéticos e do Departamento de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Moscovo também necessita de novos hotéis e de um novo aeroporto. Construíram-se, de facto, novas unidades hoteleiras (com capacidade para 30 mil pessoas) e um novo aeroporto (Shéremetiev II), que após a Olimpíada, continuarão a desempenhar um importante papel no apoio aos milhares de visitantes que diariamente chegam à nossa capital».

A par das competições desportivas, a Olimpíada-80 terá um vasto programa cultural.

O nosso interlocutor adiantou-nos alguns pormenores: «Prevê-se que mais de 400 colectivos de animação cultural - grupos de teatro, bailado, coros, etc. - participem nas iniciativas culturais dos Jogos Olímpicos, que integram ainda exposições de

temas muito diversos, festivais de cinema, visitas guiadas a museus e monumentos de interesse histórico.

«Pode-se, pois, dizer que a já intensa vida cultural das cidades olímpicas será reforçada a todos os níveis. Em Moscovo, por exemplo, além dos conjuntos de ópera e ballet do famoso Teatro Bolshói, (que neste Verão não fará as suas habituais digressões) os nossos hóspedes terão a oportunidade de apreciar os melhores artistas da cidade (Conjunto de Dança Folclórica dirigido por Igor Moisséev, o Coro «Piatnitski», o Teatro «Taganka», os músicos Emil Guilels e Sviatoslav Rikhter, entre outros), juntamente com destacados

de "distensão psicológica" e "repouso espiritual".

Certos meios ocidentais continuam a tentar convencer a opinião pública que a URSS não está interessada em abrir as suas «portas» a todos os turistas estrangeiros que queiram assistir aos Jogos...

«Não é verdade. A Olimpíada-80 está preparada para receber o maior número de espectadores estrangeiros da história dos Jogos Olímpicos. A capital olímpica preparou tudo o que está ao seu alcance para possibilitar a vinda até nós do maior número possível de turistas. Eis alguns factos: reconstruíram-se os aeroportos e ergueu-se um novo (nos dias dos Jogos esperamos atender

grande prova desportiva para todos os turistas interessados - a «milha olímpica» (1980 metros), que atribuirá medalhas e emblemas de participação.

«Será que fazemos tudo isto para «fechar» as nossas «portas» aos turistas?...»

«Além dos estrangeiros, haverá ainda os turistas nacionais, que calculamos em cerca de 200 mil».

E os bilhetes?

«As bancadas dos estádios e outros centros onde decorrerá a Olimpíada poderão acolher simultaneamente um pouco mais de 400 mil pessoas. No caso de Moscovo, mais de metade das entradas será vendida aos moscovitas, 25 por cento (aproximadamente) aos cidadãos de outros pontos da URSS e o restante (cerca de 20 por cento) aos visitantes estrangeiros.

«Serão distribuídos 5,8 milhões de bilhetes, ou seja mais um milhão e meio que em Munique ou Montreal. Os preços variam entre 3 e 18 rublos (depende das competições): Para os jovens dos 8 aos 18 anos serão concedidos bilhetes gratuitos. As organizações sindicais e o Estado participarão também no pagamento das entradas para milhares de trabalhadores soviéticos. Neste caso, o espectador pagará apenas 30 por cento do custo total do bilhete».

A jornada inaugural

Sabe-se que estão previstas algumas surpresas na sessão de abertura dos Jogos. A nossa curiosidade (e, estamos certos, a do leitor também) não pode ser completamente satisfeita pelo camarada Starodoub, que, entretanto, nos revelou:

«A jornada de abertura da 22.ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna vai dividir-se em duas partes. Na primeira respeitaremos a 100 por cento o protocolo e os esquemas olímpicos tradicionais. Todas as normas estipuladas pelo Comité Internacional serão absolutamente seguidas. Para a segunda parte da sessão, reservamos um animado espectáculo cultural e artístico, cheio de alegria, movimento e cor. Desfilarão carros gregos com jovens vestidas segunda aquele período da história clássica, que lançarão flores. Haverá ainda outras surpresas, cuja revelação faria perder o impacto que o acontecimento olímpico verdadeiramente merece, pois é uma grandiosa festa do desporto, da amizade e da paz».



A história do «Misha»

O amigo leitor conhece, por acaso, a história do «Misha», o simpático urso mascote dos Jogos Olímpicos de Moscovo? Pois bem: o chefe dos serviços de Imprensa do Comité Organizador da Olimpíada contou-nos essa história em poucas palavras.

«No programa da TV soviética «No Mundo dos Animais» anunciámos um concurso para escolha do animal que pudesse servir de mascote para os Jogos, não havendo à partida qualquer limitação especial.

«Recebemos, então, 42 mil propostas (algumas colectivas), das quais 26 mil com diferentes desenhos de ursos. Venceu o concurso Victor Chijikov, pintor, 40 anos, habitante de Moscovo, que ilustra muitos livros infantis. É ele o criador do já célebre «Misha», tão conhecido em todo o Mundo».



O grande complexo desportivo da cidade de Moscovo, na zona de Lujniki, vendo-se em primeiro plano o novo pavilhão e ao fundo o Estádio Central Lênine, com as suas quatro torres de iluminação especialmente construídas para a Olimpíada-80



Aspecto parcial do novo aeroporto moscovita - Shéremetiev II, onde chegarão, para os Jogos Olímpicos, milhares de atletas, acompanhantes e turistas

representantes artísticos das 15 Repúblicas.

«O programa cultural da Olimpíada não terá apenas os seus grandes atractivos em Moscovo ou nas restantes cidades olímpicas, mas também ao longo dos itinerários turísticos, incluindo Samarcanda, Bukhará, Tachkent, Tbilisi, Erevan, Mógovrod, Pskov, Gorki e Volgogrado, entre outras.

«Nos intervalos das competições, nos momentos livres, os desportistas poderão assistir, no centro cultural e de convívio da Aldeia Olímpica, a diversos espectáculos de música, cinema, teatro, circo e variedades.

«Pela primeira vez nos Jogos Olímpicos, foi organizado por especialistas um programa de diversões que possibilitará aos atletas uma descontração que será muito útil à sua «luta» contra o natural nervosismo que antecede as provas, procurando dar-se assim ao desportista possibilidades

diariamente 60 mil pessoas, além do movimento normal; novos aviões serão postos à disposição dos passageiros, incluindo o modelo IL-86, capaz de transportar 350 pessoas; serão facilitadas as formalidades fronteiriças e aduaneiras; os vistos de entrada serão entregues, no máximo, 10 dias após a recepção dos documentos nos consulatos soviéticos; serão reduzidas ao mínimo as formalidades com o câmbio; serão aceites pela empresa soviética de turismo «Intourist», como meios de pagamento, os cartões de créditos assegurados por firmas e bancos estrangeiros; construiram-se novos hotéis, restaurantes e bares por toda a cidade; elaboraram-se programas diversos para visitas a pontos de interesse em Moscovo, arredores e outras cidades; estão prontos para o trabalho cerca de 15 mil intérpretes (profissionais e estudantes finalistas), que falam 45 línguas; organizou-se uma

Moscovo, Leninegrado

Kiev, Tallin e Minsk

- as cidades olímpicas

Apesar de ser mais conhecida como os «Jogos de Moscovo», a Olimpíada-80 decorrerá, na verdade, em cinco belas cidades da União Soviética: Moscovo, centro principal das competições, capital da URSS; Kiev, capital da Ucrânia; Minsk, capital da Bielorrússia; Tallin, capital da Estónia; e Leninegrado, a segunda cidade do país em habitantes.

Em Moscovo decorrerão todas as competições olímpicas, excepto a regata de vela, que se realizará na baía de Tallin. Nas restantes cidades haverá as eliminatórias do futebol.

Além de novas construções e ampliações de unidades hoteleiras, Tallin construiu um centro olímpico de vela, um dos mais bem equipados do Mundo, e Leninegrado, Minsk e Kiev reconstruíram e melhoraram os seus estádios de futebol, não esquecendo diversas estruturas de apoio aos desportistas e a todos os visitantes.

Previstas no plano geral de desenvolvimento da cidade, Moscovo construiu uma dezena de novas grandes instalações desportivas, de que destacamos o maior estádio coberto da Europa (45 mil lugares), uma grande piscina coberta (ao todo 16 mil lugares), um complexo hípico (12 mil lugares no seu principal sector), um belo velódromo coberto (com 6 mil lugares), um campo de tiro ao arco (3 mil pessoas), e ainda quatro grandes ginásios onde decorrerão as seguintes provas olímpicas: esgrima e luta; halterofilia; andebol; e voleibol (este último com capacidade para 4 mil espectadores).



Os símbolos das modalidades olímpicas

O imperialismo não gosta...

Os Jogos Olímpicos pela primeira vez numa nação socialista. Que significado? Salienta-nos o camarada Starodoub:

«O imperialismo e as forças que a ele se aliam não encaram, ou melhor, nunca encaram com bons olhos a realização da Olimpíada na URSS. Fomos atacados desde o princípio com os «argumentos» mais diversos...

Diziam que o nosso país não tinha capacidade para acolher a Olimpíada, que não tínhamos estruturas para receber os turistas, que aqui se violam os Direitos do Homem, etc.

Isto tudo numa primeira fase das calúrnias. Depois, a pouco e pouco, mas a passos seguros, fomos mostrando a todo o Mundo o nosso dinamismo, a nossa capacidade para a realização de um acontecimento com a envergadura dos Jogos Olímpicos. Enfim, a realidade acabou por vencer a calúnia.

Mais tarde, começou a segunda fase do ataque contra a Olimpíada-80. O Presidente Carter, invocando o «caso Afeganistão» (se não houvesse este «caso» ele arranjaria outro...), lança a manobra do boicote aos Jogos, num todo e inqualificável desrespeito pelo espírito olímpico, pelo esforço de atletas e técnicos, pela comunidade internacional.

Se por um lado é verdade que a campanha eleitoral do Presidente Carter exige «acções extraordinárias» (como esta do boicote), não menos real é o fracasso de tal iniciativa, já que a grande maioria dos Comités Olímpicos Nacionais deliberou a sua participação na Olimpíada-80. Se nos referirmos, por exemplo, às principais forças do desporto olímpico, além dos EUA, apenas o Canadá e a RFA disseram «não» à presença em Moscovo, embora muitos dos seus atletas se pronunciassem contra essas decisões.

Carter enviou representantes seus à Europa para convencer os países ocidentais e aliciá-los para a sua manobra de boicote. Alguns governos, anunciaram ou ameaçaram a sua recusa na ajuda financeira para as deslocações dos atletas e acompanhantes. Exercem-se as mais diversas pressões contra a ida dos desportistas a Moscovo. Tudo isto resulta da política do imperialismo contra a estabilidade no Mundo. Há quem não compreenda isto e siga as manobras de Carter, sem perceber os seus objectivos.

Nós continuamos a apoiar a luta e todas as iniciativas em prol da paz, do entendimento, da amizade e cooperação entre os povos do Mundo. Continuamos a apoiar o movimento olímpico. Acreditamos sinceramente que o espírito da razão vencerá».



Kiev, capital da República da Ucrânia: o novo hotel, que acolherá muitos visitantes

Para todo o Mundo

Através da Televisão, os Jogos Olímpicos poderão ser acompanhados por milhões de pessoas em todo o Mundo. Segundo os cálculos dos organizadores, prevê-se, que mais de dois milhões assistam pela TV à Olimpíada-80.

Hoje, praticamente todos os continentes estão cobertos por novos meios de comunicação via satélite. Vinte canais TV a cores e quase uma centena de canais de rádio levarão a todo o Mundo o desenrolar do grande acontecimento desportivo.

Todas as instalações onde



decorrerão as provas olímpicas, estão preparadas para o bom funcionamento da TV, da Rádio e da Imprensa.

No bairro Ostantkino, na capital soviética, localiza-se um centro especial com 21 estúdios de televisão e 70 de radiodifusão.

Mesmo em provas de características mais difíceis para a cobertura pela TV - o caso das competições de vela, na baía de Tallin - está assegurado um completo trabalho de reportagem, tendo-se adoptado para o efeito soluções técnicas especiais.

Um grande acampamento internacional

Dando continuidade a uma tradição dos últimos anos, os Jogos Olímpicos de Moscovo receberam um grande acampamento internacional para a juventude, que, certamente, será o maior em toda a história das Olimpíadas.

O acampamento terá capacidade para cerca de 2 mil jovens, em representação de quase uma centena de países. Na última edição dos Jogos, em Montreal (1976), apenas estiveram presentes 1200 jovens de 60 países.

Semana

3 Terça-feira 1924 - Morre o escritor checo de expressão alemã Franz Kafka.

A polícia de segurança dos racistas sul-africanos lança todos os homens de que dispõe na "caça" aos comandos guerrilheiros que sabotaram com grande êxito instalações vitais para a produção de petróleo a partir do carvão e fizeram explodir tanques de armazenamento de combustível...

4 Quarta-feira 1975 - É reaberto o Canal de Suez, após oito anos de encerramento.

Bassam Shaka, presidente do município de Nablus que ficou sem as duas pernas num dos atentados que no princípio da semana atingiram presidentes dos municípios palestinos, declara ao diário londrino "Times" que esses atentados foram planejados e executados pela polícia secreta sionista, a MOSSAD...

5 Quinta-feira 1936 - Toma posse em França o Governo da Frente Popular, chefiado por Leon Blum.

Morre em Roma após prolongada doença Giorgio Amendola, dirigente do Partido Comunista Italiano, membro do Partido desde 1929. A França e a Grã-Bretanha apresentam um ultimato ao dirigente rebelde das Novas Hébridas, Jimmy Stevens (que quer transformar a ilha de Espiritu Santo num "paraíso para o investimento")...

6 Sexta-feira 1974 - Nixon é formalmente acusado de estar envolvido no "escândalo Watergate".

Novo "erro" dum computador do sistema de defesa norte-americano coloca em estado de alerta "máximo" a esquadria de aviões equipada com mísseis atômicos, à semelhança do que aconteceu há quatro dias: o referido computador voltou a "anunciar" um falso ataque de mísseis contra os EUA vindo, é claro, "dos soviéticos"...

7 Sábado 1971 - É criada pela URSS pela primeira vez uma estação científica orbital, com a junção da estação "Saliut" com a nave espacial "Soyuz-2".

O semanário espanhol "Cambio 16" noticia que a CIA "fabricou" e entregou ao governo espanhol "documentos" que conotavam o director do jornal "El País", Juan Luis Cebrian, com os serviços secretos soviéticos...

1967 - Aviões e torpedeiros israelitas atacam o navio de comunicações "Liberty", dos EUA, em águas internacionais a norte da península do Sinai, matando 34 marinheiros norte-americanos; Israel desculpa-se considerando ter sido um "caso accidental".

Iniciam-se em Itália eleições autárquicas, que terminam a rão. a manhã. O Governo, as Forças Armadas e a quase totalidade dos partidos políticos da Bolívia manifestam simultaneamente a sua indignação pelas manobras norte-americanas de ingerência nos assuntos internos do país...

1974 - Morro o escritor guatemalteco Miguel Asturias, Prémio Nobel da Literatura em 1957.

O "ayatollah" Khomeiny frisa a necessidade de se ultrapassar a "incompatibilidade" actualmente existente entre os "órgãos governamentais islâmicos", denunciando as "divergências a nível de governadores"...

1967 - Termina a "Guerra dos Seis Dias", na qual os sionistas ocuparam o Sinai egípcio, o Golan sírio e a Cisjordânia.

Nas eleições regionais de Itália a Democracia Cristã obteve um aumento de 1,5% em relação às eleições de há cinco anos. Os ministros da OPEP reunidos em Argel concordam quanto à necessidade de diminuir a produção do petróleo, não chegando a consenso quanto aos preços a serem cobrados...

Só a revolução é resposta aos problemas de El Salvador

200 mortos numa semana. Dezenas de mortos na repressão a uma manifestação de massas. Assassinato colectivo de dezenas de camponeses numa aldeia. Os desaparecimentos. Cadáveres mutilados no meio dos campos. O terrorismo surge como nota dominante na vida política de El Salvador. A Junta afirma que o povo de El Salvador não sabe utilizar a liberdade (um argumento nada original...).

A ingerência norte-americana

Uma vez mais os EUA negam qualquer ingerência nos problemas internos de El Salvador. Em defesa de tal afirmação vem o encarregado de negócios Jack Binns informar que Washington se "limita" a apoiar a política da Junta salvadoreña, as suas "reformas" que constituem, na opinião de Washington, "o caminho mais

adequado para fomentar mudanças sociais, a liberdade política e os direitos humanos". E assim se confirma que, de facto, como as forças de esquerda de El Salvador têm vindo a denunciar sistematicamente, os EUA apoiam a Junta, abrem-lhe caminho, estão empenhados na via que tem vindo a ser seguida, e que significa, por exemplo, a negação das mais elementares liberdades, como o direito à manifestação popular, sempre brutalmente reprimida, o direito à greve. Ao negar a ingerência, Binns confirma-a de facto.

Entretanto a ingerência é muito mais profunda e séria do que as palavras do encarregado de negócios norte-americano traduzem. As denúncias por parte da esquerda salvadoreña, hoje unida e organizada, apontam para os planos de invasão, através de uma "força interamericana". Nesse sentido o Pentágono designou o general venezuelano

Hilarión Cardoza para coordenar as acções de tal força, maioritariamente composta por venezuelanos e portorriquenhos. O general Hilarión Cardoza é um especialista em esmagamento de movimentos populares e a sua presença em El Salvador, sob as ordens dos EUA constitui, só por si, uma ingerência nos problemas internos de El Salvador.

A tática dos EUA é múltipla, não assenta unicamente na força militar, face às actuais dificuldades na sua concretização. E assim temos ainda um outro "especialista" em El Salvador - neste caso um especialista de manobras políticas, de "domesticação" das forças populares.

O fracasso da política reformista, a impossibilidade de aliciar para tal política sectores das forças populares, a incapacidade da repressão - não só policial, mas mesmo fundamentalmente assente em grupos terroristas da extrema-direita - para aniquilar o movimento popular, e simultaneamente o claro apoio popular a perspectivas verdadeiramente revolucionárias, o reforço da esquerda, a unidade e coordenação de acção, de todas as forças populares representativas - criaram em El Salvador uma realidade política que abre amplas perspectivas para uma vitória popular. Mas que simultaneamente comporta o perigo de uma aventura militar promovida e orientada pelos EUA.



Luta e repressão - o quotidiano de El Salvador



Na Plataforma Programática do Governo Democrático Revolucionário, apresentada pela Coordenadora Revolucionária de massas, que une as principais forças de esquerda afirma-se: "A transformação revolucionária da nossa sociedade, submetida até agora à injustiça, ao entreguismo e à pilhagem, é hoje uma realidade possível e próxima. Só através dela, o nosso povo conquistará e assegurará as liberdades e direitos democráticos que lhe são negados. Só a revolução solucionará o problema agrário, proporcionando em benefício das massas camponesas e dos assalariados agrícolas condições materiais e espirituais de vida favoráveis à imensa maioria da nossa população, hoje submetida à miséria, ao atraso cultural e à marginalização. Só a revolução conquistará a verdadeira independência política do nosso país, dando ao povo salvadoreño o direito de determinar livremente o seu destino e de alcançar a real independência económica".

Este objectivo programático está na ordem do dia, por difíceis que sejam as condições para a sua materialização. Os indicios estão à vista: cerca de 900 médicos votaram o prolongamento indefinido de uma greve contra a falta de protecção aos hospitais, onde os médicos e doentes têm vindo a ser assassinados impunemente por grupos terroristas; em greve estão ilegalmente os

Quatro anos depois de Soweto ANC demonstra força crescente

Na noite da dia 11, as Centrais de transformação de carvão em petróleo Sasol 1, e a refinaria de Sasolburg, a segunda da África do Sul, foram incendiadas. Uma acção de excepcional envergadura, já reivindicada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), legítimo representante do povo da África do Sul, e que traduz a força do movimento popular organizado, constituindo, simultaneamente, um passo significativo no recrudescer da luta na África do Sul contra este último reduto do apartheid em África, pela liberdade, pela democracia.

Esta acção da ANC insere-se num ascenso geral de luta por toda a África do Sul. A imprensa

burguesa começa a relembrar os acontecimentos de Soweto, há quatro anos, quando um importante movimento popular foi esmagado por uma ofensiva repressiva que fez mais de 600 mortos - mas que não conseguiu impedir que as sementes ficassem, as forças populares se fortalecessem, impondo mesmo alguns pequenos recuos ao regime de apartheid. Na África do Sul - e não só - fala-se de «agitadores», na tentativa de «clássica» de justificar todos os arbitrariedades da repressão. O primeiro-ministro Botha tem a audácia e o cinismo de apelar à «unidade nacional». Definem-se as linhas - e as correspondentes reacções - de um novo e importante as-

pensar de luta popular. Estudantes mestiços e negros prosseguem a batalha nacional de protesto contra as formas de apartheid no ensino. Dezenas de escolas estão encerradas. As Universidades de Fort Care e de Durban foram também fechadas. Prosseguem as prisões. Na sexta-feira a polícia carregou brutalmente sobre uma manifestação estudantil contra a recusa das autoridades em permitir a formação de um conselho representativo dos estudantes.

Importantes lutas mobilizam também as massas trabalhadoras - lutas que se caracterizam por um traço importante: a viva solidariedade entre sectores em luta e as mais amplas massas populares. Contra a subida das tarifas dos autocarros, regista-se um boicote a este meio de transporte e uma greve da construção civil na Cidade do Cabo. Por solidariedade com os trabalhadores da indústria da carne despedidos por terem feito greve, organizou-se um boicote à compra de carne.

Prosseguem entretanto as prisões de dirigentes políticos e sindicais. A progressão da luta política e sindical entre as massas negras assenta numa grande diversidade de direcções de luta - por aumentos salariais, contra o aumento do custo de vida, contra a educação bantu, as expulsões.



Comecem a abrir-se perspectivas de um outro futuro para as crianças da África do Sul

Terrorismo na Cisjordânia

O atentado terrorista que vitimou os presidentes das autarquias de Ramallah e de Naplouse, na Cisjordânia ocupada, e a viva reacção popular que lhe respondeu, caracterizam uma nova fase na luta que se trava entre o povo palestino e o invasor sionista. De um lado, a determinação e a crescente capacidade de organização e luta de um povo que se bate pelos seus direitos. De outro, a exiguidade e violência das armas com que conta o agressor - a repressão, o domínio pelas armas, o terrorismo.

Begin - claro está - "denunciou os ataques" e ordenou que se processasse a uma "investigação". É um método conhecido: em Portugal, quando o grande dirigente do PAIGC, Amílcar Cabral, foi assassinado, a rádio ao serviço do fascismo negou quaisquer responsabilidades do Governo Português e fez mesmo - para cúmulo do cinismo - o seu elogio fúnebre. Assim procedem vulgarmente os que têm a esconder aos olhos dos povos a verdadeira orientação dos seus actos, os métodos a que recorrem.

Simultaneamente, aparece uma organização a reivindicar a responsabili-

bilidade do atentado. É uma técnica igualmente rotineira. As organizações paramilitares existem exactamente em muitos casos para iludir certas responsabilidades governamentais.

Mas aquilo que Begin nega é a prática corrente do governo de Israel, que se concretiza diariamente nos territórios ocupados e caracteriza - linhas gerais - a política de Israel em relação à população árabe. Prática que mais uma vez fica patente na repressão às manifestações, na Cisjordânia ocupada, contra os actos terroristas. Tropas israelitas

forçaram comerciantes árabes em greve a abrir as portas dos seus estabelecimentos, carregando igualmente - e dispersando de forma brutal - sobre as manifestações da população árabe.

Enquanto se acentua a repressão ao povo palestino, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) - de que o Comité executivo se reuniu em Damasco - decidiu enfrentar firmemente a agressão sionista, tomando diversas decisões relativas às "forças de ocupação sionista nos territórios árabes e a uma possível agressão de Israel no sul do Líbano".

O novo acto terrorista de Israel não corresponde a uma situação de superioridade. O governo de Begin está de facto cada vez mais isolado e cercado de problemas insolúveis. Não consegue sequer corresponder aos interesses de todos os que o incorporam. A pressão de problemas como inflação e desemprego engrossa mais o movimento que, dentro das fronteiras do país, se opõe ao prosseguimento de uma política de dominação, de agressão, de guerra. É o movimento de libertação palestino que se fortalece, nacional e internacionalmente, que conta com um total apoio popular, que tem a sua organização e os seus quadros fortalecidos, que é reconhecido como o único poder legítimo nos territórios hoje ocupados por Tel-Aviv. A política imperialista no Médio Oriente vê-se assim hoje reduzida à sua verdadeira expressão - o terrorismo quotidiano contra a vontade indomável de um povo. É uma política condenada ao fracasso.



Prossegue política terrorista de Israel. Os últimos atentados reflectem uma escalada na repressão

«Heróis» ou criminosos?

"CLARO, o imperialismo antes seleccionava. Bom, mas como é que vai seleccionar agora?" - perguntou Fidel Castro, no 1.º de Maio, em Havana. A resposta está à vista. O imperialismo tem agora tão pouca possibilidade de seleccionar que se vê mesmo na contingência de reprimir os seus "heróis", os que procuram o "mundo livre", e se empenha hoje em se livrar do maior número possível de tais "refugiados". Os "heróis", afinal, sempre eram criminosos. "Não demos visto e passaporte só ao lumpem que se alojou na embaixada, não - afirmou ainda Fidel - A todo o lumpem que o pediu, a todo o que o venha a pedir. Claro, os lumpens disseram "é o dia internacional do lumpem!". Quando ouvirmos dizer isto muitos lumpens quiseram o seu passaporte e o seu visto. E que fizemos nós? Porque o haveríamos de recusar? Como disse Gramma, "seria injusto e inconstitucional".

A sequência desta acção provocatória do imperialismo contra Cuba - mais uma - é conhecida. Milhares de "refugiados" cubanos amotinaram-se na base militar de Fort Chafee e lançaram fogo a quatro edifícios. Uma das várias tentativas de fuga. Soldados e polícias reprimiram estes "heróis" à clássica maneira das sociedades capitalistas - com armas de fogo e gases lacrimógenos. Houve dezenas de feridos. A Guarda Nacional foi mobilizada para conter habitantes das localidades vizinhas, que armados de espingardas e pistolas ameaçavam atacar o campo - uma outra curiosa forma de saudar "heróis". Assim se desvaneceram os mitos do "paraíso" norte-americano e do "heroísmo" dos "refugiados" cubanos em busca de "liberdade".

EM Cuba a situação é límpida. Ninguém quer a escória. "Que se vayan!". Oito horas de desfile, cinco milhões de cubanos na rua, são resposta concludente do povo cubano à provocação imperialista. As opiniões são unânimes. Charles Tansadi, jornalista norte-americano, da insuspeita Associated Press, afirma "toda a gente está aqui... É assombrosa a quantidade de gente que se manifesta". Julian Arrieta, da Prensa de Lima, comenta: "não me recorde de ter alguma vez presenciado uma manifestação desta envergadura, tão bem organizada e disciplinada. Agora compreendo porque os elementos anti-sociais não podiam viver neste país".

WASHINGTON está simplesmente a receber - pelos vistos com bem pouca vontade - o tipo de gente que a sua política em relação a Cuba contribui para que ainda subsista (o bloqueio económico, que proíbe mesmo a venda de alimentos e medicamentos a Cuba, tem os seus reflexos). Como afirma a revista cubana "Bohemia", "apesar dos nossos enormes esforços e dos nossos admiráveis avanços na educação e na saúde, da nossa luta contra o desemprego, a mendicância, a prostituição, o jogo e as drogas, ainda somos um país subdesenvolvido e o subdesenvolvimento engendra o lumpem e a emigração. O capitalismo desenvolvido também produz lumpem e em muito maior escala, mas o capitalismo com a sua corrupção e os seus vícios é o meio natural do lumpem; o socialismo não". A tentativa de denegrir a realidade cubana face à sua posição de direcção no movimento não-alinhado, face ao ascenso revolucionário na América Latina, fracassou. Até o imperialismo pretende rejeitar aqueles que ambicionam o "paraíso" norte-americano.

Alarme nuclear e espelho de uma política

Em Novembro de 1979 um falso alarme nuclear nos EUA colocou em alerta máximo aviões-bombardeiros "B-52" equipados com "mísseis" Os aparelhos chegavam a descolar. Agora, no espaço de apenas quatro dias, verificaram-se dois falsos alarmes semelhantes.

Para além do evidente perigo de situações como esta, e do carácter criminoso de semelhante tipo de erros, duas questões se colocam: 1.º - o Pentágono sabe tão bem dirigir a provocatória propaganda sobre a "ameaça" russa, como que tal ameaça não existe, não passa de um recurso propagandístico para cobrir a corrida aos armamentos - porquê então todo um sistema montado como se tal ameaça fosse real; 2.º face à sucessão de "avarias técnicas" haverá que concluir que a mais total incompetência, irresponsabilidade - e os riscos correspondentes - são tónica nas Forças Armadas norte-americanas? No Irão, a provocação falhou - e felizmente - porque a arria entrou nos helicópteros... de acordo com a versão oficial; agora os computadores enganam-se. Em que mãos está um dos maiores Exércitos do mundo? Que riscos se fazem correr - com a mais criminosa irresponsabilidade - a toda a humanidade?

Num comentário a estes acontecimentos, a agência noticiosa Tass destaca justamente: "os círculos militaristas dos Estados Unidos estão obviamente a brincar com o fogo". E neste caso tal "brincadeira" é com armas nucleares, pode significar a destruição da humanidade e do nosso planeta enquanto o planeta vivo. É preciso lembrar sempre que, segundo as estimativas da ONU, os arsenais de armas nucleares quase equivalem a 1,5 milhões de bombas do tipo da que foi lançada em Hiroshima. Bombas cuja potência total é superior a 50 milhões de toneladas de explosivo normal, o que seria suficiente para aniquilar 15 vezes tudo quanto é vivo na superfície da terra. É claro para qualquer pessoa que se trata de um domínio em que nenhum erro é admissível, seja ele humano ou técnico. Parece entretanto que isto não é claro nem para a Casa Branca nem para o Pentágono.



Paz - objectivo vital de todos os povos. Uma manifestação na cidade de Colónia, na RFA

Porto 14/6/80 Conferência Nacional do PCP



Com a presença de cerca de 1 250 delegados e mais de 3 500 convidados, realiza-se no próximo sábado, a partir das 9 horas da manhã, no Pavilhão do Académico, no Porto, a Conferência Nacional do Partido

Comunista Português, que tem inscrito na sua ordem de trabalhos as eleições para a Assembleia da República.

No decorrer dos trabalhos, os delegados representando todas as organizações do nosso Partido votarão uma Proclamação do PCP ao povo português e definirão as bases do Programa Eleitoral que o nosso Partido apresentará às próximas eleições para a Assembleia da República.

A realização desta Conferência Nacional do PCP adquire na actual situação política nacional a importância que lhe é dada pelo próprio facto de as eleições para a Assembleia da República serem decisivas, constituindo além disso ainda

uma característica determinante do trabalho dos comunistas portugueses. Com efeito, pode dizer-se que o PCP, ao definir desde já as grandes linhas de sua intervenção eleitoral, está a dar os primeiros grandes contributos para que, nas próximas eleições, seja assegurada a vitória democrática.

A partir do próximo sábado, o povo português conhecerá a forma como os comunistas irão intervir em todo o processo eleitoral. O PCP vai analisar e discutir essa forma de intervenção de uma maneira límpida, democrática, aberta e pública: tudo irá ser discutido no próximo sábado perante milhares de pessoas e perante convidados especiais de organizações políticas e sociais nacionais...

O PCP é, assim, o primeiro partido nacional a fazê-lo — e a fazê-lo da melhor maneira, com as características claras que sempre imprime a todas as suas realizações.

Com o PCP, com a APU derrotar a «AD» e assegurar a vitória democrática

A Conferência Nacional do PCP vai analisar a situação política e preparar as grandes linhas de intervenção para as próximas eleições para a Assembleia da República.

Na suas reuniões de 25 de Janeiro e 3 de Maio, o Comité Central do nosso Partido convocou a realização desta Conferência e fixou a sua data, inscrevendo na sua ordem

de trabalhos a preparação do Partido para as eleições. Eleições que exigem, da parte das forças democráticas, o cumprimento de dois objectivos fundamentais, também indicados na reunião do CC de 3 de Maio.

Reduzir novamente os partidos reaccionários a uma minoria na Assembleia da República;

Aumentar o número de deputados do PCP e da APU no seu conjunto, factor indispensável para derrotar a direita e para que a maioria numérica de deputados dos partidos democráticos se torne numa real maioria política que sirva de suporte na Assembleia a formação de um governo democrático.

É portanto, neste quadro e com vistas à preparação

do trabalho para que estes dois objectivos se atinjam que se realiza no próximo sábado, no Pavilhão do Académico do Porto, a Conferência Nacional do PCP.

Após a realização da Conferência, o Partido disporá da orientação que permita assegurar, nas próximas eleições para a Assembleia da República, a derrota da «AD» e garantir a vitória democrática.

Quatro sessões de trabalho

A Conferência Nacional do PCP iniciar-se-á às 9 horas da manhã do próximo sábado com uma intervenção de fundo sobre a situação política e as eleições proferida pelo secretário-geral do nosso Partido, camarada Alvaro Cunhal.

Ao longo das quatro sessões previstas (das 9 às 11, das 11 e 30 às 13, das 14 e 30 às 17, e das 17 e 30 às 19 e 30), a Conferência Nacional ouvirá intervenções sobre os mais diversos sectores da vida nacional e do Portugal de Abril.

Temas como as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, o problema das liberdades, a classe operária, os pequenos e médios agricultores, os deficientes, os reformados e pensionistas, os pequenos comerciantes e industri-

ais, os intelectuais e quadros técnicos, as mulheres, a juventude, a situação económica, a habitação, a saúde, a segurança social, o ensino e a cultura, o desporto, a independência nacional e a política externa, as cooperativas industriais e empresas em autogestão — serão abordados na Conferência Nacional do PCP através de intervenções próprias.

Haverá ainda intervenções que traduzirão a realidade de cada distrito do continente e das Regiões Autónomas — adquirindo estas últimas particular relevância, uma vez que aí se realizarão, ainda este ano, dois processos eleitorais, os relativos à Assembleia da República e às Assembleias Regionais.

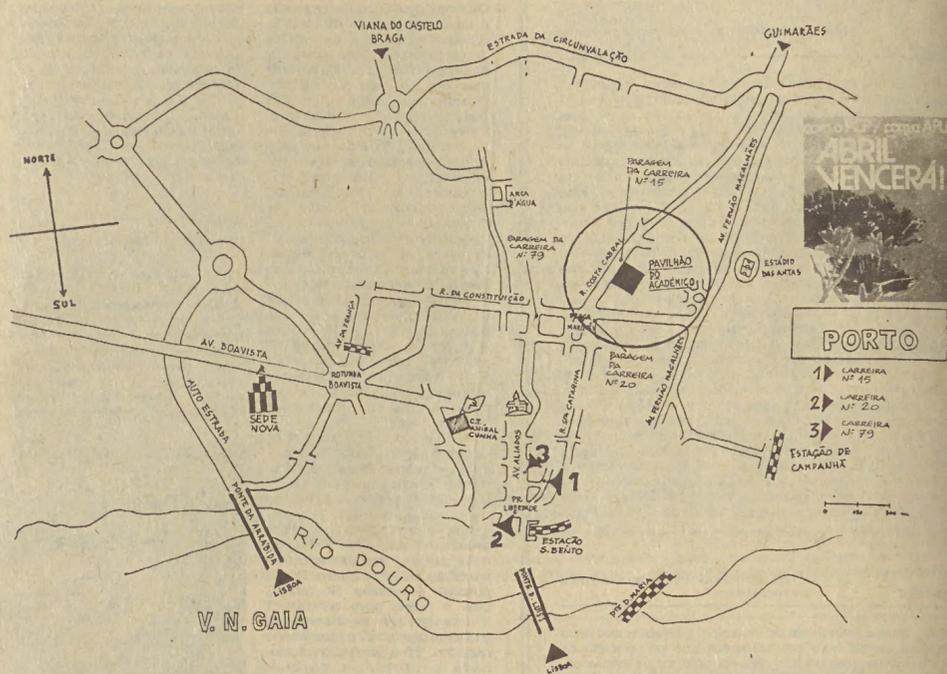
Festa Popular

Uma grande festa popular, a realizar simultaneamente na Avenida dos Aliados, na Praça da Liberdade e na Praça Humberto Delgado, culminará os trabalhos da Conferência Nacional do PCP, na noite do próximo sábado.

No decorrer da festa, além da actuação de numerosos artistas e grupos, será dada a conhecer a Proclamação do PCP ao povo português.



No próximo sábado, desta vez no Pavilhão do Académico do Porto, representantes de cerca de 200 mil militantes comunistas vão analisar a situação política nacional, debater e aprovar propostas que assegurem a derrota da reacção e garantam a vitória democrática. No sábado, de uma forma aberta, democrática, pública e clara, o PCP arrancará para as grandes batalhas que se avizinham



Serviço de informações sobre problemas de apoio

Todas as questões relacionadas com o apoio aos delegados, nomeadamente as relacionadas com o alojamento e similares, poderão ser prestadas no

Centro de Trabalho de Aníbal Cunha ou pelos Telefones: 315567 - 319179

Outras indicações

A Sede Nova do PCP no Porto localiza-se na Avenida da Boavista.

Telefones: 695651 - 695206 - 693072 - 697948 - 695546.

Telefones úteis

Caminhos de Ferro (Informações)
S. Bento: 564224
Campanhã: 564141
Radiotáxis: 488061

TAP

Informações: 3482144
Reservas: 9481751 - 9481826.

De Lisboa ao Porto: dois comboios especiais

Dois comboios especiais partirão de Lisboa — um ao fim da tarde de sexta-feira, outro ao princípio da madrugada de sábado — levando para o Porto delegados e convidados à Conferência Nacional do Partido.

O comboio que sai de Santa Apolónia às 19 horas de sexta-feira destina-se a transportar os delegados, enquanto que o comboio que sai do mesmo local entre as 0 horas e a 1 da manhã de sábado é para convidados. O transporte de regresso a Lisboa encontra-se

igualmente assegurado; o comboio de delegados partirá do Porto cerca das 22 horas de sábado, enquanto que o comboio de convidados tem a partida marcada para cerca das 23 e 30 horas.

Entretanto, e conforme já tínhamos anunciado na última semana, os camaradas da organização do nosso Partido no Porto têm alojamento para todos os camaradas delegados que o solicitaram

Três grandes tarefas na situação actual



1. Existem as condições objectivas e subjectivas fundamentais para derrotar os planos da reacção e assegurar a continuação do Portugal de Abril.

2. O CC sublinha que, na situação actual, se colocam aos trabalhadores e a todos os democratas e patriotas três grandes tarefas:

1.º Resistir com firmeza, fundamentalmente com a luta de massas e com a acção política nas mais diversas formas, à ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo da «AD» contra os direitos dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras conquistas de Abril.

2.º Assegurar o funcionamento das instituições democráticas, obrigando ao cumprimento da Constituição, impedindo leis, decisões e actos inconstitucionais, recorrendo aos Tribunais, impedindo ilegalidades, exercendo as liberdades e direitos dos cidadãos, fazendo observar a ordem democrática, inutilizando quaisquer tentativas reaccionárias para provocarem um impasse das instituições, impedindo a desestabilização do regime.

3.º Alcançar uma grande vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República, para o que urge orientar, desde já, com essa perspectiva e com dinamismo e confiança, o trabalho político, a acção de esclarecimento e de propaganda, o esforço organizativo.

Estas três grandes tarefas são complementares e indivisíveis. Nenhuma delas se pode considerar isoladamente. Designadamente, uma vitória eleitoral das forças democráticas depende do êxito na firme resistência de massas e na luta para assegurar o funcionamento das instituições.

(Do documento O PCP Com o Povo na Defesa do Portugal de Abril, aprovado na reunião plenária do CC do PCP de 3 de Maio de 1980)

As eleições para a Assembleia da República



(...) O CC considera que as eleições revestem uma importância determinante para a vida nacional nos anos próximos.

É dever de todas as forças democráticas tudo fazer para assegurar a derrota da reacção e a vitória da democracia nas eleições para a Assembleia da República.

2. As forças reaccionárias têm verdadeiro medo das eleições. Sabem que muitos daqueles que votaram na «AD» já se desiludiram com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Sabem que, realizando-se eleições livres, não conseguirão alcançar novamente a maioria na Assembleia da República. Pretendem por isso impedir a realização de eleições democráticas, preparando e organizando uma verdadeira mascarada eleitoral.

3. A nova lei eleitoral, que a aliança reaccionária pretende impor, transformaria as eleições numa fraude gigantesca, uma vez que com tal lei os partidos reaccionários, mesmo perdendo (como é de esperar) centenas de milhares de votos, teriam grandes possibilidades de conservar a maioria na Assembleia da República.

Violando os princípios da proporcionalidade e da pessoalidade do voto, diminuindo o número de deputados a eleger no território nacional (no concreto diminuiriam os deputados da APU e do PS), aumentando o número de círculos eleitorais, aumentando os deputados a eleger pela emigração, dando votos a estrangeiros, organizando uma falsificação monstruosa com os votos do estrangeiro sem qualquer fiscalização, estabelecendo o monopólio reaccionário na TV, na Rádio e noutros meios de comunicação social estatizados — a aliança reaccionária pretende que Portugal regressasse às práticas «eleitorais» da ditadura fascista dando um passo decisivo para a liquidação do regime democrático.

4. O PCP lutará infatigavelmente pela manutenção da actual legislação eleitoral e a realização de eleições livres.

Tendo em conta os métodos usados pelas forças reaccionárias nas eleições de Dezembro de 1979 (manipulações da opinião pública, coacção física, económica, moral e religiosa), o CC alerta contra a repetição de tais processos, apela ao reforço da fiscalização do acto eleitoral e à luta para que sejam asseguradas condições democráticas nas próximas eleições.

(Do documento O PCP Com o Povo na Defesa do Portugal de Abril, aprovado na reunião plenária do CC do PCP de 3 de Maio de 1980)